



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF)

JHONEI BATISTA DE SOUZA BRAGA

**A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO PLANALTO
CENTRAL BRASILEIRO NOS ACERVOS
FOTOGRAFÍCOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA, DF

2024

JHONEI BATISTA DE SOUZA BRAGA

**A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO PLANALTO
CENTRAL BRASILEIRO NOS ACERVOS
FOTOGRAFICOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação

Linha de pesquisa: Gestão, tecnologias e organização da informação e do conhecimento

Orientador: Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez

BRASÍLIA, DF

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B813o Braga, Jhonei Batista de Souza
A ocupação territorial do Planalto Central brasileiro nos
acervos fotográficos públicos do Distrito Federal / Jhonei
Batista de Souza Braga; orientador André Porto Ancona Lopez.
-- Brasília, 2024.
146 p.

Tese(Doutorado em Ciência da Informação) -- Universidade
de Brasília, 2024.

1. Registro fotográfico. 2. Fotodocumentação. 3. Ciência
da Informação. 4. Ocupação territorial. 5. Brasília. I.
Lopez, André Porto Ancona, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 75

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, instalou-se a banca examinadora de Tese de Doutorado do aluno **Jhonei Batista de Souza Braga**, matrícula **200001744**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. Kelley Cristine Goncalves Dias Gasque / Membro Titular Interna / PPGCINF/UnB, Dr. Tiago Emmanuel Nunes Braga / Membro Titular Externo / IBICT, Dra. Maria Leandra Bizello / Membro Titular Externa / UNESP, Dr. Cláudio Gottschalg Duque / Membro Suplente / PPGCINF/UnB, e Dr. André Porto Ancona Lopez / Presidente / PPGCINF/UnB. O discente apresentou o trabalho intitulado **“A ocupação territorial do Planalto central brasileiro nos acervos fotográficos públicos do Distrito Federal”**.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

(X) Pela aprovação do trabalho;

() Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. André Porto Ancona Lopez, PPGCINF/UnB
(PRESIDENTE)

Dra. Kelley Cristine Goncalves Dias Gasque, PPGCINF/UnB
(MEMBRA TITULAR INTERNA)

Dr. Tiago Emmanuel Nunes Braga, IBICT
(MEMBRO TITULAR EXTERNO)

Dra. Maria Leandra Bizello, UNESP
(MEMBRA TITULAR EXTERNA)

Dr. Cláudio Gottschalg Duque, PPGCINF/UnB
(MEMBRO SUPLENTE)

Jhonei Batista de Souza Braga
(DOUTORANDO)



Documento assinado eletronicamente por **Andre Porto Ancona Lopez, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 06/12/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 10/12/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Emmanuel Nunes Braga, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Leandra registrado(a) civilmente como Maria Leandra Bizello, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Jhonei Batista de Souza Braga, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elmira Luzia Melo Soares Simeao, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 16/12/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12134110** e o código CRC **8C404DA4**.

Resumo

Por meio das tecnologias da informação e da comunicação e com as facilidades de acesso, cada dia mais a sociedade produz, utiliza e dissemina recursos de imagens. Desse modo, verifica-se a presença do registro fotográfico em diversas atividades desempenhadas na sociedade desde o surgimento da fotografia, há cerca de dois séculos. O estudo teve como objetivo principal investigar os acervos fotográficos públicos do Governo do Distrito Federal (GDF) que refletem o processo histórico de ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, a partir da construção de Brasília, e analisar a importância do seu uso no meio governamental e científico. A base conceitual apoia-se na Ciência da Informação, nos aspectos relacionados à Fotodocumentação e à ocupação territorial do Planalto Central brasileiro e o seu registro fotográfico. Em consonância à questão de pesquisa identificada e aos objetivos propostos, o procedimento metodológico compreendeu analisar, inicialmente, a estrutura administrativa do GDF; mapear as instituições públicas distritais detentoras de acervos e/ou documentos fotográficos relativos à ocupação territorial; identificar os acervos ou documentos fotográficos institucionais públicos locais; e, por fim, elaborar os ciclos e os desenhos informacionais, utilizando o esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023) e a proposta de modelo da Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006), relacionados à coleta, organização e disponibilização dos itens localizados. Assim, esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa e exploratória, tendo caráter documental e bibliográfico. Como instrumento de coleta de dados, considerou-se a combinação de observação com questionamentos abertos. Dentre os resultados alcançados, verificou-se o mapeamento da estrutura administrativa distrital e a correspondente identificação das instituições públicas detentoras dos documentos fotográficos. Revelou-se a existência, localização, caracterização temática, organização e as formas de acesso destas informações. Os resultados se inserem potencialmente nos debates científicos acerca da Ciência da Informação e da Fotodocumentação, com seus múltiplos desdobramentos.

Palavras-chave: Registro fotográfico, Fotodocumentação, Ciência da Informação, Ocupação territorial, Brasília.

Abstract

Through information and communication technologies and the ease of access, society increasingly produces, utilizes, and disseminates image resources. Thus, photographic records have been present in various activities performed in society since the advent of photography, nearly two centuries ago. The main objective of this study was investigate the public photographic collections of the Government of the Federal District (GDF) that reflect the historical process of territorial settlement of the Brazilian Central Plateau, beginning with the construction of Brasília, and analyze the importance of their use in governmental and scientific contexts. The conceptual basis is grounded in Information Science, particularly in aspects related to Photodocumentation and the territorial settlement of the Brazilian central plateau, and its photographic holdings. In line with the identified research question and the proposed objectives, the methodological procedure initially involved analyzing the administrative structure of the GDF; mapping the district public institutions that hold collections and/or photographic documents related to territorial settlement; identifying the local public institutional photographic holdings or documents; and finally, developing the cycles and informational designs, using the instrumental scheme of the Information Cycle by Saraiva and Lopez (2023) and the proposal for an Information Architecture model by Lima-Marques and Macedo (2006), related to gathering , organization, and availability of the located items. Thus, this research can be classified as qualitative and exploratory, with a documentary and bibliographic nature. The data gathering instrument combined comprehensive observation with open questionnaires. Among the results achieved, the mapping of the district administrative structure and the corresponding identification of public institutions holding photographic documents were observed. The existence, location, thematic characterization, organization, and access methods of such information were revealed. The results potentially contribute to the scientific debates surrounding Information Science and Photodocumentation, with their multiple ramifications.

Keywords: Photographic records, Photodocumentation, Information Science, Territorial settlement

Lista de figuras

Figura 1 - Proposta de Modelo de Arquitetura da Informação.....	38
Figura 2 - Pinturas do estilo Serranópolis, Goiás.....	58
Figura 3 - Formosa, Gruta 14: pequenas partes das figuras geométricas do teto.....	58
Figura 4 - Equipe da Comissão Cruls.....	61
Figura 5 - Representação territorial do Distrito Federal.....	65
Figura 6 - Representação populacional do Distrito Federal.....	66
Figura 7 - Representação populacional do Distrito Federal.....	66
Figura 8 - Projeção populacional do Distrito Federal.....	67
Figura 9 - Crescimento populacional do Distrito Federal.....	68
Figura 10 - IDH: ranking dos estados brasileiros.....	68
Figura 11 - IDH do Distrito Federal: série histórica.....	69
Figura 12 - Região montanhosa no “Retângulo” da Nova Capital.....	72
Figura 13 - Estrada no “Retângulo” da Nova Capital com “grota ravina”.....	72
Figura 14 - Erosão do solo em estrada do “Retângulo” da Nova Capital.....	73
Figura 15 - Encontro dos eixos Monumental e Rodoviário (1957).....	74
Figura 16 - Juscelino Kubitschek (esquerda) e Lúcio Costa (direita) nas obras do futuro Eixo Monumental.....	74
Figura 17 - Eixo Monumental com parte das edificações construídas.....	75
Figura 18 - Esquema instrumental do Ciclo da Informação.....	76
Figura 19 - Página inicial do site oficial Governo do Distrito Federal.....	78
Figura 20 - Página do site oficial sobre o Governo do Distrito Federal.....	78
Figura 21 - Página do site oficial Secretarias Governo do Distrito Federal.....	79
Figura 22 - Página inicial do site oficial SEAGRI-DF.....	80
Figura 23 - Página inicial do site oficial ArPDF.....	86

Figura 24 - Página inicial do site oficial DER-DF.....	87
Figura 25 - Página inicial do site oficial EMATER-DF.....	87
Figura 26 - Página inicial do site oficial FJJB.....	88
Figura 27 - Página inicial do site oficial FJZB.....	88
Figura 28 - Desenho informacional dos acervos fotográficos ArPDF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).....	97
Figura 29 - Membros da Comissão Cruls.....	98
Figura 30 - Lago Paranoá recém concebido.....	98
Figura 31 - Vila Amaury: a vila submersa pelas águas do Lago Paranoá.....	99
Figura 32 - Praça do Cruzeiro (1958).....	99
Figura 33 - Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.....	100
Figura 34 - Trabalhadores da construção da nova capital.....	100
Figura 35 - Desenho informacional dos acervos fotográficos DER-DF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).....	104
Figura 36 - Construção de vias públicas no Plano Piloto.....	105
Figura 37 - Implementação da DF-025.....	105
Figura 38 - Ponte do Bragueto (1995).....	106
Figura 39 - Entroncamento BR-060 e DF-001.....	106
Figura 40 - Desenho informacional dos acervos fotográficos EMATER-DF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).....	110
Figura 41 - Atividades na área rural do Distrito Federal.....	111
Figura 42 - Plantio na área rural do Distrito Federal.....	111
Figura 43 - Atividades de plantio na área rural do Distrito Federal.....	112
Figura 44 - Atividades na área rural do Distrito Federal.....	112
Figura 45 - Atividades na área rural do Distrito Federal.....	113

Figura 46 - Atividades na área rural do Distrito Federal.....	116
Figura 47 - Desenho informacional dos acervos fotográficos FJBB, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).....	117
Figura 48 - Construção de espaços multiuso FJBB.....	118
Figura 49 - Visitação FJBB.....	118
Figura 50 - Evento FJBB.....	119
Figura 51 - Revitalização dos espaços FJBB.....	119
Figura 52 - Visitação FJBB.....	120
Figura 53 - Desenho informacional dos acervos fotográficos FJZB, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).....	124
Figura 54 - Plano aéreo FJZB, final da década de 1950.....	125
Figura 55 - Construção FJZB, final da década de 1950.....	125
Figura 56 - Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.....	126
Figura 57 - Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.....	126
Figura 58 - Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.....	127

Lista de quadros

Quadro 1 - Processo metodológico simplificado da tese.....	26
Quadro 2 - Categorização dos dados coletados: instituições públicas distritais detentoras	91
Quadro 3 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos ArPDF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)	95
Quadro 4 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos DER-DF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)	102
Quadro 5 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos EMATER-DF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)	108
Quadro 6 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos FJBB, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)	115
Quadro 7 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos FJZB, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)	122
Quadro 8 - Objetivos específicos e constatações da pesquisa	134

Lista de siglas e abreviações

ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
DER-DF	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
FJBB	Fundação Jardim Botânico de Brasília
FJZB	Fundação Jardim Zoológico de Brasília
GPAF	Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JBB	Jardim Botânico de Brasília
SINJ-DF	Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PROCESSO METODOLÓGICO	19
1. REVISÃO TEÓRICA.....	27
1.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O SEU OBJETO DE ESTUDO	27
1.2 INFORMAÇÃO IMAGÉTICA E FOTODOCUMENTAÇÃO.....	42
1.3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL E O SEU REGISTRO FOTOGRAFICO	55
2. CONTEXTO EMPÍRICO	78
2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERDO DO DISTRITO FEDERAL.....	78
2.2 MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS.....	85
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	90
3.1 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS.....	90
3.2 CICLOS E DESENHOS INFORMACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS	93
CONCLUSÃO.....	135
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Como instrumento de captura da imagem, nasce a técnica chamada fotografia em meio às tecnologias concebidas a partir do período da Revolução Industrial, final do século XVIII e início do século XIX. Desse modo, “a fotografia teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística” (KOSSOY, 2001, p. 25).

Além disso, destaca-se a importância do registro fotográfico na compreensão de acontecimentos históricos e na execução de atividades laborais diversas. Nesse sentido, “desde seu aparecimento foi dado à fotografia um valor documental, baseado no princípio de prova e realidade que a caracterizam. Seu cerne está ligado a valores probatórios usados pela historiografia e pelo direito” (ALBUQUERQUE, 2008).

Devido a sociedade voltar-se naturalmente para perspectivas e estímulos visuais em complemento aos aspectos textuais, há uma grande necessidade de dar continuidade às pesquisas científicas sobre a informação imagética. Dessa forma, estes estudos precisam levantar questões acerca da documentação fotográfica com enfoque informacional, considerando os desdobramentos relacionados à sua devida gestão.

A documentação fotográfica é comumente utilizada em variadas áreas e seguimentos da sociedade. Dessa maneira, temos como exemplo o uso de documentos fotográficos na área das ciências agrárias para análise de solos e na área das ciências médicas para diagnósticos clínicos. Além disso, o recurso fotográfico é amplamente usado em ações de monitoramento e fiscalização, por exemplo, no registro de infrações de trânsito. Portanto, foi definido como recorte temático deste estudo a documentação fotográfica na Ciência da Informação, mais precisamente no escopo da Fotodocumentação.

Desse modo, foi realizado, já no início da investigação bibliográfica para construção deste trabalho, um levantamento acerca das publicações periódicas nacionais sobre documentação fotográfica e Fotodocumentação na Ciência da

Informação. Para isso, com intuito de acesso à produção científica recente, foi realizado o recorte temporal de 2017 a 2020, Qualis Periódicos vigente, a partir de uma fonte de informações especializada em Ciência da Informação, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Foram identificadas algumas das temáticas mais estudadas como: tratamento de acervos fotográficos, documentação fotográfica e sua contribuição histórica, informação fotográfica e saúde pública, registro fotográfico e arte, fotografia como objeto de arquivo, registro fotográfico como memória institucional, acervos fotográficos públicos, dentre outras.

Além disso, realizou-se, no final do último semestre de 2023, uma pesquisa bibliográfica da produção científica sobre documentação fotográfica e Fotodocumentação na Ciência da Informação em teses e dissertações brasileiras. Para tanto, foi utilizada a fonte de informação Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, ainda, houve o recorte temporal para o último quinquênio 2019-2023. A partir disso, puderam ser verificadas as seguintes temáticas: organização de documentação fotográfica, fotografia e memória institucional, fotografia e mediação da informação, fotografia e o ciclo da informação, registro fotográfico e religião, fotografia e direitos humanos, acervos fotográficos públicos, acervos fotográficos pessoais, dentre outras.

Nesta perspectiva, vale ressaltar o trabalho desenvolvido por Araújo (2018). O estudo teve como objetivo, dentre outros, o mapeamento das teses, reunidas na BDTD, que tiveram como foco de pesquisa a fotografia e os assuntos correlatos no período de 1980 a 2016.

A partir da análise temática realizada, foi obtido um panorama do campo de pesquisa deste estudo. Com isso, constatou-se a ausência ou baixa incidência de algumas abordagens de pesquisa que fazem total sentido com o referido nicho científico da documentação fotográfica e Fotodocumentação na Ciência da Informação. Desse modo, podem ser destacados os seguintes contextos com baixa ou nenhuma incidência: registro fotográfico e gênero, fotografia e tecnologia da informação, documentação fotográfica e meio ambiente, informação fotográfica no circuito comunitário, documentação fotográfica sobre ocupação territorial, acervos fotográficos tutelados pelo

governo da esfera distrital, o uso da Arquitetura da Informação para análise de documentação fotográfica, fotografia e informação pública, registro fotográfico e inteligência artificial, dentre outros.

Dessa forma, foi evidenciada a necessidade da realização de mais estudos para os contextos citados anteriormente, por serem ainda pouco explorados pelos pesquisadores em comparação às outras atividades ou áreas do conhecimento. Além disso, verificou-se que as temáticas elencadas são muito especializadas. Optou-se por estudar a informação fotográfica sobre o Planalto Central brasileiro e os acervos fotográficos públicos distritais sobre a sua ocupação territorial. Trata-se de um tema de pesquisa com potencial contribuição para o campo da Fotodocumentação e, conseqüentemente, para a Ciência da Informação.

É importante ressaltar que a pesquisa teve como intuito contribuir para o avanço científico. Para isso, foi essencial consultar a bibliografia especializada, a fim de obter um embasamento teórico mais robusto para compreender os aspectos práticos em que a pesquisa se insere. Em contrapartida, o conhecimento empírico foi fundamental para a construção do arcabouço conceitual. Assim, é na formulação de questões de pesquisa e na busca por suas respostas que reside a verdadeira atividade científica.

Por isso, os esforços empreendidos no aporte ao preenchimento dessa lacuna de pesquisa estão concentrados nas contribuições que este estudo trará tanto para o setor acadêmico e/ou científico quanto para o ramo governamental e para a sociedade como um todo. Dessa maneira, os resultados desta pesquisa poderão permitir o primeiro contato ou a revisitação do conhecimento teórico e localização, para proporcionar o devido acesso, das fontes de informações fotográficas em questão. Desse modo, as contribuições serão originadas da investigação de campo e do suporte teórico a partir da análise de dois cenários de pesquisa: da bibliografia especializada e das informações da administração pública disponibilizadas para a sociedade.

Este trabalho traz, pelo seu teor de ineditismo, uma contribuição quanto ao mapeamento dos registros fotográficos, sob a tutela das instituições públicas distritais, que refletem a ocupação territorial do Planalto Central a

partir da construção da nova capital do Brasil. Assim como, pontua as formas de reunião, organização e disponibilização dessa informação fotográfica enquanto documento.

Além disso, identifica-se para este estudo o seguinte questionamento: como a documentação fotográfica sobre a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil, com a construção de Brasília, está apresentada na Administração Pública do Governo do Distrito Federal (GDF)? Como essa informação imagética pode servir de suporte para atividades governamentais e científicas?

O problema de pesquisa constatado, ou a inquietação científica que se procurou sanar, nesta investigação é: existem acervos fotográficos públicos no GDF que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília? se sim, onde estão localizados e como estão organizados e disponibilizados?

Desse modo, notou-se a importância de empreender esforços no sentido de buscar respostas para estes questionamentos. Já que foi verificada uma possibilidade de dar continuidade aos estudos sobre esta temática específica de informação fotográfica. Ao mesmo tempo também, quanto aos estudos sobre o histórico da ocupação territorial do Planalto Central do Brasil sob o olhar da Fotodocumentação.

Percebeu-se que, a partir da análise do contexto desta pesquisa, é possível sim verificar a existência de documentos fotográficos no âmbito do GDF que representam os aspectos da ocupação territorial da referida região a partir da construção da nova capital. Como também, é possível saber onde estão alocados, como estão organizados e como são disponibilizados para acesso público.

Este estudo cumpre com o seu intuito e com a viabilidade firmada inicialmente. Bem como, com o propósito de reforçar o aspecto científico e informacional que a Fotodocumentação possui. Além disso, permite o contato com as ações relacionadas à coleta, organização e disponibilização da informação imagética. Ou seja, este trabalho almeja atingir o seu propósito ao integrar conceitos e abordagens da Ciência da Informação a aspectos práticos

da importância do uso da informação fotográfica nas atividades administrativas, governamentais e científicas de grande valia para a sociedade como um todo.

Vale ressaltar que o meu interesse em estudar a referida temática origina-se, primeiramente, da minha formação acadêmica de graduação em Biblioteconomia e das vivências curriculares sobre documentação fotográfica durante o mestrado em Ciência da Informação. Além disso, fui direcionado para este contexto de pesquisa devido a minha atuação profissional em gestão de informação pública em meio ambiente no âmbito do GDF. Ademais, pelo interesse em aprofundar o conhecimento acerca dessa região geográfica.

Dessa maneira, após os cenários identificados e as inquietudes de pesquisa descritas, foi estabelecido o objetivo geral para esta tese que é investigar os acervos fotográficos públicos do GDF que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília.

Os objetivos específicos são: revisar o campo conceitual sobre Ciência da Informação, referente a aspectos ligados a informação imagética, e à Fotodocumentação; contribuir com os debates acerca da ocupação territorial do Planalto Central do Brasil com a construção de Brasília, por meio da documentação fotográfica; analisar a estrutura administrativa do GDF e mapear as instituições públicas distritais que detêm acervos ou documentos fotográficos relativos à ocupação territorial dessa região; identificar os acervos ou documentos fotográficos institucionais públicos distritais e elaborar, como ação final, os ciclos e desenhos informacionais relacionados à coleta, organização e disponibilização dos itens localizados.

A proposta foi investigar, por meio dos acervos fotográficos, a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil. Sendo que o marco desse processo é a construção da nova capital do país nas décadas de 50 e 60 do século XX. Assim como, o contexto desta pesquisa situa-se na documentação fotográfica sob a custódia da Administração Pública do GDF.

Dessa forma, ao longo do andamento deste trabalho foram vivenciados três momentos distintos que delinearam a sua divisão estrutural em três capítulos:

O capítulo inicial traz o levantamento teórico realizado com exposições e discussões conceituais acerca da Ciência da Informação, da Fotodocumentação e da ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, a partir da construção da nova capital, e o seu registro fotográfico, além de assuntos correlacionados.

O segundo capítulo trata da base empírica investigada, ou seja, a busca de um maior entendimento sobre a estrutura da Administração Pública do GDF e, conseqüentemente, das instituições públicas distritais detentoras dos acervos fotográficos que refletem a ocupação territorial desse espaço geográfico.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise dos resultados e a discussão. Os três momentos estão descritos no circuito metodológico apresentado a seguir, em consonância com o problema de pesquisa e com os objetivos elencados para este estudo.

PROCESSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi dividida em três grandes momentos ou capítulos, subdivididos em ações específicas, retratados ao longo desta seção e representados ao final no Quadro 1, *Processo metodológico simplificado da tese*.

Este estudo pode ser categorizado como qualitativo do tipo exploratório, por buscar a compreensão do objeto investigado e as suas contribuições. Assim como, pode ser definido como descritivo por verificar como ocorre o evento científico em questão.

Além disso, possui caráter documental e bibliográfico, pois parte de um exercício de investigação nas fontes textuais e não textuais – neste caso, fontes imagéticas – atuais e retrospectivas, científicas e institucionais, sendo consideradas autênticas sobre o assunto. Dessa forma, parte da análise das bases teóricas e práticas desenvolvidas acerca da temática específica. Em complemento, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica de natureza exploratória, pois foram realizados contatos com a bibliografia especializada por meio de leitura seletiva, analítica e interpretativa, como menciona Gil (2008).

Na fase inicial deste trabalho, foi realizada a investigação teórica, por meio de pesquisas bibliográficas, como forma de acesso à produção científica em Ciência da Informação, informação imagética e Fotodocumentação publicada em artigos, teses, dissertações, livros, dentre outros. As principais fontes de informação consultadas foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que reúne artigos publicados em diversos periódicos científicos especializados, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Ademais, foram realizados levantamentos quanto a bibliografia científica, técnica e governamental relativa à ocupação territorial do Planalto Central brasileiro e o seu registro fotográfico, assim como outros aspectos correlacionados. Além das duas fontes de informação citadas anteriormente,

foram consultadas também publicações institucionais e informações contidas em sites governamentais, livros especializados, dentre outros.

Dessa maneira, a partir do contato com toda essa massa informacional, tanto científica quanto técnico-institucional, foi construída uma base conceitual que permitiu um maior entendimento e aprofundamento do tema proposto. Além disso, com o levantamento teórico houve um melhor direcionamento, na fase de mapeamento do ambiente prático, em busca do atingimento do objetivo da pesquisa e da sua real contribuição para esse campo da ciência.

Já na fase da investigação empírica foram realizados levantamentos para o reconhecimento das instituições públicas distritais e dos itens fotográficos sobre a temática em questão. Com isso, a análise dos acervos fotográficos identificados foi executada com base no campo conceitual consultado inicialmente. Desse modo, por fim, foram elaborados os ciclos informacionais e os desenhos informacionais desses acervos públicos do GDF que refletem a ocupação territorial da região a partir da construção de Brasília.

Nos referidos ciclos informacionais foram descritas as etapas envolvidas quanto a gestão informacional dos acervos fotográficos institucionais. Nos desenhos informacionais foram elencadas, em forma de representação, as características dos acervos localizados, quanto aos seus níveis de organização e disponibilização. Nesse sentido, foram ainda apontadas questões acerca dos impactos relacionados ao uso desses recursos imagéticos no meio governamental e científico. Destaca-se que, para um maior entendimento desse nicho informacional e melhor identificação dos resultados obtidos, foram utilizados conceitos extraídos da Fotodocumentação e da Arquitetura da Informação, quanto a gestão e fluxo informacionais, assim como suas aplicações específicas.

Todo esse processo de investigação empírica foi realizado tendo como instrumento de apoio à coleta de dados o registro das informações em planilha eletrônica, em tempo real. Essa estratégia revelou-se, por similaridade com o diário de campo em pesquisas *in loco*, um meio eficaz para a apuração de dados qualitativos. Esta planilha, como facilitadora do processo de coleta e análise dos dados, permitiu que o contato ao universo ou contexto empírico

estudado fosse organizado e sistematizado. Ela evitou situações de inconsistência de registros ou perdas de dados relevantes.

Foi necessário fazer uma imersão no ambiente organizacional do GDF e realizar o reconhecimento das instituições que compõe a administração pública distrital. Foram feitas análises macro da estrutura administrativa governamental distrital como um todo e análises micro das estruturas administrativas de cada uma das instituições envolvidas. Além disso, foi realizada uma análise prévia dos perfis dessas instituições. Ou seja, antes que se chegasse aos resultados sobre a existência, localização e características dos acervos fotográficos investigados, foram elencadas as instituições públicas distritais mais propensas a serem detentoras.

Vale ressaltar que essa documentação fotográfica foi detectada em ambientes formais de informação como arquivos, bibliotecas, centros de informação e documentação ou em áreas técnico especializadas. É importante mencionar que esses registros fotográficos foram também vislumbrados, informalmente, em gavetas de mobiliários, pastas documentais e arquivos setoriais. Bem como, o material fotográfico foi identificado nas instituições em formato físico, em formato digital ou em processo de digitalização. Do mesmo modo que, alguns registros fotográficos haviam passado por processos de organização e outros estavam somente arquivados para preservação. Destaca-se ainda que, no caso dos documentos fotográficos digitais, foram verificados itens com acesso síncrono, assim como assíncrono.

Esta investigação científica se propôs a fazer uma varredura em busca dos acervos fotográficos, mantidos por instituições públicas distritais, que retratassem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, com a construção da nova capital. Assim, destaca-se esta pesquisa como documental, já que parte dos acervos fotográficos estão armazenados de forma diversificada e dispersa (caixas, pastas, gavetas, dispositivos de memória eletrônica, dentre outros) e que não receberam nenhum ou o mínimo de tratamento, como ilustra Fonseca (2002).

Esta pesquisa também tem natureza bibliográfica já que outra parte dos acervos fotográficos encontrados está organizada e acessível nos meios formais como arquivos físicos ou digitais, os acervos físicos ou digitais de bibliotecas, os sistemas de informações especializados, dentre outros, como menciona Fonseca (2002).

Destaca-se ainda como método utilizado para coleta de dados na busca empírica, de natureza prática diferentemente do conhecimento teórico, a junção da observação e dos questionamentos abertos. Inicialmente a investigação se baseou nas consultas às fontes de informação especializadas, na observação e na checagem dos sites de internet oficiais e dos organogramas das instituições. Vale ressaltar que a observação é uma técnica em que as informações podem ser obtidas sobre determinado fenômeno. Dessa forma, por meio da utilização de ferramentas que permitam esse processo para coleta de dados relevantes da pesquisa, como destaca Moura (1998).

Conforme mencionado anteriormente, a coleta de dados teve duas fases: buscas nas fontes de informação com observação e questionamentos abertos. A primeira consistiu na utilização do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF) e verificação dos conteúdos dos sites institucionais oficiais na internet para coleta de informações. Essas informações foram obtidas, dos organogramas e menus de serviços e produtos informacionais disponibilizados, quanto a existência ou não nas instituições dos documentos fotográficos em questão.

Já a segunda fase consistiu em solicitar informações diretamente às instituições sobre a existência ou não desse material fotográfico que refletisse os aspectos da ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília. É importante mencionar que as solicitações de informações foram feitas, via correspondência eletrônica, nos canais institucionais de atendimento ao cidadão e nas ouvidorias institucionais. Para a obtenção de maiores informações, foi protocolada uma solicitação de informações, abrangendo todas as instituições distritais, na ouvidoria geral do GDF.

Essa comunicação eletrônica foi necessária para a coleta de informações, pois os sites institucionais de alguns órgãos, não indicavam a existência ou a disponibilização dos acervos fotográficos em foco. Primeiramente foi inserido, nas correspondências eletrônicas enviadas, um texto com a contextualização desta pesquisa. Além disso, ao final da comunicação, foram solicitadas informações quanto a existência ou não de acervos fotográficos, sob a tutela institucional, que tivessem o perfil investigado neste estudo.

Com o envio da solicitação de informações para a Ouvidoria Geral do GDF, foi utilizado o direito do cidadão. Essa garantia de acesso às informações produzidas e mantidas pelo Estado é prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988. No caso do Distrito Federal, esse direito é regulamento pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que foi elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, 2001.

Dessa maneira, a referida norma distrital, a Lei de Acesso à Informação, prevê mecanismos e prazos para que os órgãos públicos locais prestem informações aos cidadãos. Sendo que as respostas às informações solicitadas podem ser fornecidas por meio de recursos digitais variados ou, especificamente, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) que funciona nas ouvidorias dos órgãos do GDF.

Conforme mencionado, este estudo é caracterizado como qualitativo. Inicialmente, optou-se por utilizar os critérios de saturação ou exaustão dos dados. Assim, os referidos critérios foram definidos ainda na fase de entendimento do contexto pesquisado. Ao passo que os dados iam sendo coletados, observou-se que informações relevantes não foram mais identificadas e outras foram recebidas de forma repetida. Ou seja, as contribuições de dados recebidos já não afetavam mais a pesquisa, então, este foi o ponto de saturação ou exaustão em consonância com o problema de pesquisa, conforme maior detalhamento no capítulo *Resultados e Discussão*.

Esse critério de exaustão ou saturação é uma técnica usualmente utilizada em estudos qualitativos de diferentes áreas. Assim, vale destacar que o termo saturação foi desenvolvido por Glaser e Strauss (1967) com o intuito

de determinarem o ponto da pesquisa qualitativa que já não retorna com novidades de dados relevantes. Nesse caso, podendo ser aplicada para:

[...] estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes” [...]. O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 17).

Nesse sentido, como último momento deste trabalho, ocorreu a análise dos resultados obtidos e a discussão. Assim, para a análise dos dados optou-se pela análise simultânea: fazer a análise dos dados enquanto estes estão sendo coletados. Ou seja, realizar a categorização no momento da constatação. Nesse caso, já pôde ser montada a representação da coleta de dados ou controle de dados qualitativos em formato de planilha. Assim, à medida que os novos dados eram coletados e inseridos era vislumbrado que não havia mais informações relevantes sendo captadas.

Portanto, foi utilizada também a saturação de dados categorial. Visto que, essa técnica permite que os novos dados recepcionados sejam inseridos em uma nova categoria na representação da coleta de dados. Ou seja, dados novos que entraram a cada nova rodada de questionamentos ou de imersão no campo ou ainda de nenhum dado novo coletado nessa nova rodada.

O questionamento que pôde ser solucionado ao final da saturação dos dados coletados foi: já foram obtidos dados suficientes para responder a pergunta de pesquisa? evitando uma coleta de dados insuficientes ou excessiva. Em um segundo momento, optou-se em mudar a estratégia de coleta e, mesmo identificando o ponto de saturação ou exaustão dos dados coletados, foi dado seguimento à captura dos dados. Assim, atingindo a plenitude de todos os entes que compõe a administração pública do GDF.

Como estratégia de análise dos dados coletados, foi realizada de forma simultânea a coleta e categorização para análise qualitativa dos dados. Com a adoção dessa estratégia de simultaneidade de ações, houve um maior ganho de tempo e um menor risco de perda de informações importantes.

Optou-se pela Análise de Conteúdo como instrumento de apoio na análise dos dados coletados. Moraes (1994) menciona que a Análise de Conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção (MORAES, 1994, p. 103).

De modo geral, o texto ainda é a tipologia mais utilizada para registro da informação. Contudo, para este trabalho, a imagem foi abordada como foco central, ou seja, o registro fotográfico será a fonte de pesquisa. Além disso, tanto a origem e organização da informação, e os seus processos integrantes, quanto a comunicação e disponibilização da informação, foram aspectos abordados nos ciclos e desenhos informacionais dos acervos e instituições identificadas, localizados no capítulo *Resultados e Discussão*.

O esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023), representado na Figura 18, e o modelo de Arquitetura da Informação proposto por Lima-Marques e Macedo (2006), conforme a Figura 1, foram utilizados como referencial para a elaboração dos ciclos e desenhos informacionais quanto aos acervos fotográficos institucionais localizados. Essa decisão foi tomada devido a este esquema do Ciclo Informacional ser utilizado com frequência nas discussões da Fotodocumentação.

Já o modelo de Arquitetura da Informação tem em sua constituição o aspecto contexto, nível 1, e este é um fator que deve ser considerado, no momento inicial, de forma vasta e orgânica na Fotodocumentação. Além disso, as duas representações utilizadas abarcam as ações necessárias para que os acervos, sejam quais forem os seus perfis, atinjam as suas funções e supram as necessidades informacionais dos demandantes específicos.

Finalizado o circuito metodológico realizado para esta pesquisa, é importante representar, em resumo, os passos percorridos:

Quadro 1 - Processo metodológico simplificado da tese

Momento	Ação
Momento 1 - Investigação teórica	1.1. Levantamento da bibliografia sobre Ciência da Informação, informação imagética e Fotodocumentação - busca - leitura - fichamento - redação
	1.2. Levantamento da bibliografia sobre a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro e o seu registro fotográfico - busca - leitura - fichamento - redação
Momento 2 - Investigação empírica	2.1. Mapeamento da Administração Pública do GDF - consulta nas fontes de informação e observação - questionamentos - planilha eletrônica - critério de exaustão/saturação e integralização - redação
	2.2. Mapeamento das instituições públicas distritais detentoras dos acervos fotográficos que refletem a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil - observação - questionamentos - planilha eletrônica - análise/categorização - redação
Momento 3 - Resultados e discussão	3.1. Instituições públicas distritais detentoras - análise/categorização - análise/interpretação - redação das análises
	3.2. Ciclos e desenhos informacionais das instituições públicas distritais detentoras e discussão geral - análise/interpretação - elaboração dos ciclos e desenhos - redação discussão geral

Fonte: elaboração própria.

1. REVISÃO TEÓRICA

As bases conceituais utilizadas neste estudo abrangem os seguintes campos científicos: a Ciência da Informação e seu objeto de estudo, as disciplinas que a circundam, a informação imagética e, especificamente, a Fotodocumentação.

Além das questões informacionais, são elencados pontos referentes aos aspectos espaciais e, mais precisamente, a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, incluindo o seu registro fotográfico, bem como os temas correlacionados, conforme detalhado a seguir.

1.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O SEU OBJETO DE ESTUDO

Considerações acerca da informação, e do seu processo de comunicação, e das necessidades informacionais são importantes para que se entenda a dimensão e o cenário conceitual em que este estudo está inserido. Esta seção traz discussões conceituais que envolvem a Ciência da Informação e assuntos correlatos.

Le Coadic (2004) defende que a informação é uma medida da organização de um sistema, de uma mensagem em um caso e de organização de um ser vivo no outro caso. Ou seja, trata-se de um conhecimento registrado em qualquer forma e em qualquer suporte. Já o documento é o termo genérico que designa os objetos portadores de informação.

Para Buckland (1991), a informação pode ser compreendida de três formas distintas: como um processo ou ato de informar, como conhecimento que reduz incertezas e como coisas ou objetos informativos. Enquanto as duas primeiras concepções são intangíveis, a terceira é tangível e destaca a materialidade da informação, registrada em variados suportes e formatos como “coisa”. Essa perspectiva enfatiza a importância das ferramentas de gerenciamento informacional em unidades como bibliotecas, centros de

documentação, arquivos e museus, que desempenham um papel fundamental na organização, preservação e acesso ao conhecimento.

Capurro e Hjørland (2007) buscam caracterizar a informação como o ato de dar forma aos dados e de comunicar o conhecimento. Para os autores, não há informação sem interpretação, sendo essencial analisar a informação não apenas como algo material, como defende Buckland (1991), mas também sob uma perspectiva filosófica. Ademais, Capurro e Hjørland (2007) afirmam que a informação é um conceito interdisciplinar, uma vez que a Ciência da Informação incorpora discussões conceituais de diversas áreas do conhecimento.

Já Belkin (1978) define informação como um elemento munido de uma habilidade de modificar o estado mental de um receptor. Ou seja, para o autor, a informação é o que possibilita a transformação das estruturas cognitivas, tanto individuais quanto sociais. Além disso, Belkin menciona que o objeto de investigação da Ciência da Informação é a informação registrada.

A relação informação e comunicação é abordada por Le Coadic (2004). Sendo a comunicação um processo intermediário que permite a troca de informações entre as pessoas. Desse modo, a comunicação é um ato, um processo, um mecanismo e a informação é um produto, uma substância, uma matéria. Assim, a comunicação, que envolve um emissor e um receptor, depende da inscrição ou registro; sem esse elemento, não há uma troca efetiva de informações.

Le Coadic (2004) vai além ao afirmar que duas características importantes marcam o futuro da informação: sua explosão quantitativa e a implosão do tempo para sua comunicação. Ou seja, nota-se um alto índice de produção e disponibilização informacional com um prazo de acesso cada dia mais baixo.

A transição para um novo estágio de conhecimento depende, necessariamente, da contribuição de um conhecimento extraído de uma informação, como defende Le Coadic (2004). Esse processo envolve produção, distribuição e consumo de informação. Além disso, trata-se de uma relação com a presença de um ciclo de retroalimentação. Ou seja, o conhecimento é

gerado a partir do acesso à informação e esta é concebida a partir do registro do conhecimento em suas variadas formas.

Quanto à necessidade informacional, Le Coadic (2004) menciona que existe a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação. A primeira é derivada do desejo de saber. Já a segunda procede das necessidades materiais determinadas pela realização de atividades humanas, profissionais e individuais, sendo a informação a condição necessária à eficácia dessa ação.

No final do século XIX vislumbra-se um grande aumento da produção bibliográfica tanto de periódicos quanto de livros em escala mundial. Como destaca Fonseca (2007), os pesquisadores belgas Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944), preocupados com essa explosão informacional, fundaram em Bruxelas, no ano de 1895, um Instituto Internacional de Bibliografia. Assim, o seu objetivo era registrar de forma padronizada, com recursos da catalogação e da classificação, a produção mundial de impressos: o Repertório Bibliográfico Universal. Com isso, ocorreu uma participação ativa da Biblioteconomia nesse processo.

Em 1931, esse instituto passou a denominar-se Instituto Internacional de Documentação. Já em 1938, passa a chamar-se Federação Internacional de Documentação. Então, inicia-se “a transição da bibliografia para a documentação (embora a bibliografia continuasse e continue existindo até os dias atuais, aliás)” (ARAÚJO, 2014. p. 101). Desse modo, ficou nítido, assim como a Bibliografia influenciou a Biblioteconomia, a Documentação iria trazer mudanças não só nas bibliotecas como também nos arquivos, museus e outras instituições que trabalhavam com o conhecimento registrado.

Nesse aspecto, como destaca Araújo (2014), o intuito da Documentação não era a reunião desses itens em uma instituição, mas sim permitir o acesso compartilhado e descentralizado aos diferentes tipos de documentos. Para isso era necessário inventariar os itens nas suas respectivas instituições produtoras ou detentoras.

Le Coadic (2004) destaca que, com o tempo, as bibliotecas evoluíram para se tornar sistemas de informação, e o conservador da biblioteca passou a ser visto como um engenheiro da informação. Por outro lado, a Documentação, ao contrário da Biblioteconomia e da Arquivística, adota técnicas não convencionais de organização e análise, ampliando seu foco para além dos livros e abrangendo qualquer tipo de documento, a partir do final do século XIX.

Vale ressaltar que Paul Otlet, com a sua visão conceitual sobre documento e o desenvolvimento da Documentação, dentre outras contribuições, foi primordial para construção da base conceitual do termo informação e, conseqüentemente, do campo da Ciência da Informação.

Ao afirmar que toda ciência é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas, Le Coadic (2004) busca desmistificar a ciência. Ele argumenta que a sociedade demanda uma ciência que estude as propriedades da informação, bem como os processos de sua construção, comunicação e uso. Esses processos são, por sua vez, influenciados pelo desenvolvimento da produção e pelas necessidades informacionais que emergem com o advento do novo setor das indústrias da informação e das tecnologias eletrônicas.

Borko (1968), com o seu artigo intitulado "Information Science: what is it?", é considerado um dos precursores nas discussões sobre a Ciência da Informação. Ele destaca que para o entendimento da informação exige-se um contexto ou interpretação. O autor define a Ciência da Informação como uma disciplina que se dedica a estudar as características e o comportamento da informação. Bem como, os seus fluxos e significados variados, com o propósito de garantir a acessibilidade e a usabilidade. Além disso, Borko enfatiza que a Ciência da Informação é interdisciplinar com aspectos de ciência pura e aplicada.

Caracterizar a Ciência da Informação torna-se fundamental e Le Coadic (2004) identifica dois atributos dessa nova ciência. O primeiro de "ciência social", uma vez que ela se dedica a esclarecer um problema social concreto: o da informação. O segundo atributo destacado pelo autor é o da "ciência interdisciplinar", já que essa ciência é uma das novas interdisciplinas. Ou seja,

ela utiliza bases teóricas de variadas áreas e conta com a colaboração da Psicologia, Linguística, Tecnologia da Informação, Sociologia, Matemática, Lógica, Estatística, Economia, Direito, Filosofia, Política, Telecomunicações, dentre outras.

Belkin (1978) menciona que a Ciência da Informação é uma ciência social preocupada com a resolução do problema de transferência de informação. Ou seja, para Belkin, o fenômeno dessa ciência é o registro informacional, a relação entre o remetente e o receptor e a interferência causada na percepção da informação nesse processo.

Brookes (1980) destaca que a Ciência da Informação pode ser considerada uma metaciência, pois utiliza conceitos e metodologias de outras disciplinas em sua constituição. Como também, ele menciona que essa ciência possui um núcleo único que só ela domina quanto aos conceitos de dados, informação e conhecimento. Além disso, Brookes defende que a Ciência da Informação deve ter como alvo o conhecimento humano registrado e transmitido em suas diversas formas.

Saracevic (1996) traz três aspectos principais que envolvem a Ciência da Informação: a sua interdisciplinaridade, a sua ligação com a tecnologia e os fatores sociais e humanos. Além disso, o autor elenca alguns dos problemas que ainda constituem o núcleo dessa ciência: efetividade, comunicação humana, conhecimento, registros do conhecimento, informação, necessidade de informação, usos da informação, contexto social, contexto institucional, contexto individual, tecnologia da informação.

Evidencia-se a importância da tecnologia da informação no campo da Ciência da Informação. Nesse sentido, Le Coadic (2004) afirma que a tecnologia da informação visa à concepção de produtos, sistemas e serviços que possibilitam a construção, comunicação, armazenamento e uso da informação. Assim, ressalta-se que o avanço tecnológico foi, de fato, o grande propulsor para o surgimento da Ciência da Informação.

São nítidos os fatores “inovação tecnológica” e “mudança de paradigmas” no processo histórico e de constituição da Ciência da Informação. Ainda na busca por uma definição da Ciência da Informação, Le Coadic (2004)

afirma que essa disciplina evoluiu de uma prática de organização para uma ciência social rigorosa, sustentada por uma tecnologia igualmente rigorosa. O objetivo principal dessa ciência é o estudo das propriedades gerais da informação, incluindo sua natureza, gênese, efeitos e a análise dos processos de construção, comunicação e uso.

Para Robredo (2003), a informação não é uma coisa, mas sim uma propriedade. O autor argumenta que a informação se torna uma coisa apenas quando é adjetivada, como no caso da informação ambiental. Essa afirmação vai ao encontro da teoria de Buckland (1991) quanto à materialização da informação. Ademais, Robredo defende que, para que uma ciência se constitua, é essencial delimitar os conceitos que lhe são próprios. Logo, essa demarcação é crucial para definir o território do campo científico; caso contrário, não há ciência. Assim, a Ciência da Informação se dedica a explorar conceitos relacionados a dados, informação e conhecimento.

Zins (2007) levanta a seguinte pergunta: qual a essência da Ciência da Informação? Assim, para definir a Ciência da Informação Chaim Zins precisou detalhar o campo e os componentes dela: dado, informação e conhecimento. Assim, após a finalização do seu mapeamento, o autor pôde afirmar que não há uma conceituação única para Ciência da Informação. Além disso, ele menciona que Ciência da Informação é diferente de Ciência do Conhecimento.

Ademais, Zins (2007) destaca que a Ciência da Informação lida com questões tecnológicas e que nasce da necessidade de suprir o indivíduo de informação e tecnologia. Dessa maneira, o autor desenvolve um modelo em que a mediação da informação está entre o usuário e os recursos informacionais. Sendo que a essa mediação é realizada por meio de instituições, profissionais, processos, conteúdos, dentre outros.

Le Coadic (2004) levanta dois aspectos relacionados à informação que podem ser percorridos nesse momento para ilustrar o quão necessários são no processo de aquisição informacional:

- Uso da informação: consiste em usar a informação, trabalhando com a matéria informação para obter um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação. Utilizar um produto de informação é

empregar tal objeto para obter, igualmente, um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação. A função mais importante do produto ou do sistema é, portanto, a forma como a informação modifica a realização dessas atividades. Por causa disso, devem ser “orientadas para o usuário”.

- Necessidade de informação: o conhecimento da necessidade de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem num processo de busca de informação. O que leva uma pessoa a procurar informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado.

Ainda no contexto da necessidade informacional, Le Coadic (2004) menciona que existe a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação. A primeira é derivada do desejo de saber, já a segunda de necessidades materiais determinadas pela realização de atividades humanas, profissionais e individuais, sendo a informação a condição necessária à eficácia dessa ação.

Com relação à intermediação da informação, Le Coadic (2004) destaca que as instituições, serviços e centros de documentação são os elementos formais colocados à disposição dos usuários dessas informações. Assim, cabe ao especialista da informação trabalhar com o usuário, para desenvolver a estratégia de busca, levando em conta essas diferentes etapas. Com isso, revela-se o papel importante do intermediário, e dos recursos informacionais, pois a primeira questão nem sempre expressa as reais intenções do usuário. Desse modo, o intermediário ajudará o usuário a compreender sua necessidade de informação, ao fazer sua demanda passar por alguns filtros.

Ao retomar a bibliografia acerca da Ciência da Informação, Wersig (1993) define essa como uma ciência pós-moderna que busca solucionar problemas causados pelas ciências clássicas e pelas tecnologias quanto a gestão informacional. Além disso, para o autor, informação é o conhecimento em ação. Já para Wersig e Neveling (1975) a Ciência da Informação surge a

partir de demandas práticas vindas da Documentação e da Recuperação da Informação. Desse modo, a Documentação baseia-se em serviços informacionais que não estão necessariamente no padrão livro e periódico. Já a Recuperação da Informação com o uso de ferramentas variadas para o atendimento das necessidades informacionais dos indivíduos.

Dessa forma, enquanto a matéria-prima da Biblioteconomia era o texto impresso (livro e periódico), a Documentação passou a interessar-se pelos documentos de qualquer natureza (documentos não convencionais). Desse modo, Fonseca (2007) pontua que a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação têm seus próprios objetivos, conforme descrito a seguir:

- A Biblioteconomia preocupa-se com a democratização da cultura por meio das bibliotecas públicas, com a preservação e difusão do patrimônio bibliográfico de cada nação por meio das bibliotecas nacionais e das bibliografias nacionais correntes e retrospectivas, com o apoio documental ao ensino e à pesquisa oferecidos pelas bibliotecas universitárias, e com a organização e disponibilização da informação técnica e administrativa a partir das bibliotecas institucionais especializadas, dentre outros;
- A Documentação se envolve em fornecer resumos de pesquisas, de artigos, comunicações a congressos, relatórios, dissertações, teses, patentes, traduções, dentre outros;
- A Ciência da Informação não veio substituir a Documentação, pois a sua missão é estudar a gênese, a transformação e a utilização da informação nas suas mais variadas formas. Por sua vez, a Ciência da Informação concentra-se na informação sobre informação, reconhecendo que todo registro é uma representação dessa informação. Dessa forma, para a Ciência da Informação, a existência da informação está condicionada ao seu registro, independentemente da forma ou suporte utilizado.

Para Le Coadic (2004), ao discutir as disciplinas relacionadas à informação, a Biblioteconomia se destaca como uma prática voltada para a organização de bibliotecas, com foco na formação, desenvolvimento, processamento e conservação do acervo. Além disso, essa disciplina abrange a administração de pessoal e materiais, bem como os serviços e produtos oferecidos aos usuários.

A Arquivologia, um dos ramos da Ciência da Informação, tem como preocupação, dentre outras, a documentação permanente e os seus contextos. Neste caso, os arquivos são definidos como “o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO ; BELLOTO, 1996, p.5).

Os arquivos são caracterizados como aglutinadores da informação no sentido material como “coisa”, umas das perspectivas defendidas por Buckland (1991). Eles são considerados o resultado informacional, ou seja, a “informação orgânica registrada nos documentos decorrentes de funções e atividades desempenhadas pelos seus titulares em determinado ambiente administrativo ou mesmo particular” (PEREIRA, 2016, p. 30).

É necessário destacar o contexto do profissional envolvido nas ações de gestão informacional dos arquivos pela sua importância técnica e social:

Na linha de uma Arquivística/Ciência da Informação, que tem como objeto a informação social, identificamos o arquivo como um sistema de informação, posicionamo-nos como um arquivista cientista e profissional da informação que, recorrendo a uma nova metodologia de abordagem, procura cada vez menos estabelecer e impor regras operativas e cada vez mais conhecer e compreender o fenômeno e o processo informacional, para depois apresentar as soluções mais adequadas (AZEVEDO PINTO, 2016, p. 5).

Observou-se que a Ciência da Informação abrange uma ampla gama de atuações. Então, nesse momento, é importante abordar as considerações sobre Arquitetura da Informação, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento. Essa necessidade surge em função da questão de pesquisa levantada e dos objetivos estabelecidos para este estudo: que giram em torno de localizar e analisar a gestão dos acervos fotográficos, que refletem a

ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, nas instituições do governo distrital.

Com relação à organização e disponibilização da informação, Spencer (2010) apresenta as aplicações da Arquitetura da Informação, levantando a questão de onde ela pode ser encontrada. Embora a maioria dos trabalhos nessa área esteja atualmente voltada para sites e intranets, a Arquitetura da Informação pode ser aplicada sempre que houver a necessidade de organizar coisas, seja informações ou objetos, que outras pessoas precisam usar.

Spencer (2010) vai além ao destacar que a Arquitetura da Informação é igualmente útil para “organizar suas músicas e filmes, seus arquivos de trabalho e até mesmo coisas físicas como seus arquivos de papel em casa ou mantimentos em uma prateleira do supermercado”. Portanto, fica evidente que a arquitetura da informação se aplica a variados cenários, mas sempre voltada para suprir as necessidades do usuário final.

Da mesma maneira, a Arquitetura da Informação se preocupa com os espaços informacionais, com a informação e com os seus usuários. Ou seja, intermediando a relação: produtor da informação - informação - consumidor da informação. Assim, essas considerações remetem às ideias de Davenport (1998), um importante estudioso da ecologia da informação, que analisa ambientes que lidam com a informação centrada no indivíduo.

A expressão “arquitetura da informação” foi primeiramente formulada pelo arquiteto Richard Saul Wurman em 1976. Logo, as argumentações desse estudioso deixam claras suas ideias de que a informação deve ser manejada com uma perspectiva que une ciência e arte. Além disso, Wurman ressalta que os processos que integram a gestão da informação – reunião, organização e disponibilização – compartilham objetivos semelhantes às atividades realizadas na arquitetura.

Nesse contexto, Wurman (1997) afirma que o arquiteto da informação é um profissional com habilidades para modelar dados, facilitando sua compreensão. Esse especialista organiza informações de maneira que o usuário possa acessá-las facilmente. Além disso, deve desenvolver estruturas que ajudem na construção do conhecimento, assegurando que a informação

seja clara e acessível. Essa abordagem é crucial para promover uma experiência informacional eficaz, permitindo que os usuários interajam de forma significativa com o conteúdo.

Ao analisar a bibliografia sobre "arquitetura da informação", nota-se uma variabilidade conceitual e de aplicações práticas desse campo científico. Assim, ele se apresenta, de fato, como um "campo", conforme defende Haverty (2002), pois ainda não é considerado uma disciplina, devido à ausência de fundamentos teóricos que harmonizem os aspectos que o constituem.

Lima-Marques e Macedo (2006) apresentam uma proposta de modelo de Arquitetura da Informação, com o intuito de contribuir para a robustez conceitual e prática dessa área. Esse modelo foi elaborado com base na abordagem sistêmica da metodologia de metamodelagem (M3), idealizada por Van Gigch e Pipino, e na arquitetura baseada em modelos proposta por Lima-Marques (2000), conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:



Figura 1 - Proposta de Modelo de Arquitetura da Informação.
Fonte: Lima-Marques e Macedo (2006).

Nesse modelo, os autores se empenharam em criar uma representação que refletisse os “processos básicos do ciclo da informação”. Dessa forma, permitem a aglutinação dos diversos instrumentos e ações que envolvem a Arquitetura da Informação. Além disso, o modelo contribui para a análise e compreensão desse campo científico ao apresentar três níveis ou camadas: de contexto, de conteúdo e de uso:

- O “nível de metamodelagem” é considerado o nível de base teórica ou de referência, por trazer os conceitos, entendimentos e análise que serão utilizados na arquitetura. Os autores mencionam que nessa camada, que está no ponto “mais alto da representação”, “concentra-se na análise do contexto ou ambiente informacional como um todo, considerando fatores internos e externos de influência”.
- Já o “nível de modelagem” ou “nível intermediário” é a fase de determinação dos parâmetros de “identificação, captura, armazenamento, representação, organização e comunicação dos conteúdos”. Nessa camada, fica evidente os esforços tanto na coleta e tratamento dos conteúdos, de acordo com os formatos e padrões necessários, quanto na estocagem e fluxo devido dos conteúdos. Assim, é importante salientar que esse nível se desenvolve “de acordo com as diretrizes estabelecidas no nível analítico”.
- Por fim, o “nível de aplicação” ou “nível basilar” é pontuado como a camada de usabilidade, de fato. Os autores o citam como o estágio “no qual estão representados os elementos palpáveis, da vida real”. Esse é o momento da representação em que ocorre a aplicabilidade de todos os aspectos, ou seja, “as teorias, modelos, técnicas e tecnologias idealizadas nos níveis anteriores”. Desse modo, o propósito desse nível é permitir o uso dos conteúdos, por meio das ferramentas de recuperação da informação. Assim, torna-se possível uma melhor disponibilização de serviços e produtos informacionais.

Lima-Marques e Macedo (2006) oferecem uma visão mais ampla e acessível da Arquitetura da Informação ao afirmarem que “conforme a definição de Arquitetura da Informação adotada, o modelo apresentado pode ser aplicado a qualquer ambiente informacional”. Portanto, essa abrangência de possibilidades e aplicabilidades, devido ao seu caráter universal, permite que o modelo seja utilizado tanto no desenho de pequenos acervos quanto em robustas estruturas informacionais.

Com relação à gestão da informação e à gestão do conhecimento, torna-se imprescindível diferenciá-las, pois ambas são áreas fundamentais no campo da Ciência da Informação. Desse modo, a gestão da informação foca no conhecimento explícito, enquanto a gestão do conhecimento concentra-se no conhecimento tácito.

A gestão da informação refere-se ao processo de identificação das necessidades de informação, aquisição, organização, armazenamento, desenvolvimento de produtos e serviços, disseminação e uso da informação que são claramente articulados e documentados. Esse tipo de conhecimento é conhecido como "explícito", pois pode ser facilmente acessado e comunicado, como manuais, relatórios e documentos.

Por outro lado, a gestão do conhecimento foca na captura e utilização do "conhecimento tácito", que é aquele que não é facilmente articulável ou documentado. Esse tipo de conhecimento inclui habilidades, experiências e intuições pessoais que os indivíduos acumulam ao longo do tempo. Assim, é mais difícil de transferir, pois muitas vezes está embutido em ações e contextos específicos. Portanto, a gestão do conhecimento pode ser compreendida como a promoção de condições férteis para que o conhecimento seja criado, compartilhado e utilizado no âmbito das organizações.

Essa diferenciação é essencial para entender como cada área contribui para a organização e o uso efetivo do conhecimento institucional. Ademais, a distinção entre essas duas gestões é primordial, pois cada uma requer abordagens e estratégias diferentes para maximizar seu valor em ambientes organizacionais ou sociais. Reconhecer essas diferenças ajuda a garantir que

tanto o conhecimento explícito quanto o tácito sejam adequadamente geridos e utilizados.

Além disso, observa-se que a Constituição Federal Brasileira (CF/1988) estabelece a importância da Gestão da Informação e da Documentação, reconhecendo seu papel fundamental para garantir o acesso à informação e promover a transparência pública. Essa previsão legal reflete a necessidade de práticas que assegurem a organização, preservação e disponibilização adequada de dados e documentos, contribuindo para a cidadania e o direito à informação. Também, a Constituição incentiva a criação de políticas que fortaleçam a gestão da informação, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a informações relevantes, essenciais para a participação ativa na vida social e política do país:

[...] Art. 5º. Inciso XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade; [...]

[...] Art. 23º. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]

[...] Art. 216º § 2º - Cabe à administração pública, na forma da lei, tanto a gestão da documentação governamental, quanto às providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. [...]

Nesse contexto, a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, estabelecida pela Lei nº 8.159/91, também prevê a Gestão da Informação e Documentação em seu artigo 1º. Esse artigo enfatiza a importância da preservação, organização e acesso a documentos tanto públicos quanto privados, com o objetivo de garantir a transparência e a responsabilidade na administração pública.

Esse ato normativo orienta a criação de diretrizes que assegurem uma gestão adequada dos arquivos, promovendo assim a acessibilidade à informação, que deve estar disponível para consulta e uso pela sociedade. Além disso, a lei destaca em seu artigo 25º a responsabilização, em todas as esferas, do indivíduo ou instituição que causar prejuízo à preservação da

documentação, sendo um instrumento fundamental para a promoção do direito à informação e para o fortalecimento da cidadania:

Art. 1º- É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. [...]
[...] Art. 25º. Ficarà sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social. [...]

André Lopez apresenta considerações relevantes sobre a importância de considerar o aspecto suporte, dentre outros, ao abordar os termos "documento" e "informação". Ele argumenta que o suporte em que a informação é apresentada não apenas influencia a forma como ela é percebida, mas também determina sua acessibilidade e usabilidade. Assim, ao discutir documentos e informações, é fundamental reconhecer que diferentes suportes podem impactar a forma como os dados são organizados, armazenados e compartilhados. Essa análise contribui para uma compreensão mais profunda da relação entre informação e documentação, evidenciando a necessidade de um olhar atento às características específicas de cada suporte:

Apesar de a informação veiculada estar sempre em evidência, é bom reafirmar que o suporte não representa apenas um elemento de menor importância, não podendo, portanto, ser relegado ao segundo plano; pois, vale reiterar, o documento deve ser entendido enquanto uma síntese entre a informação e o suporte, o que transcende a soma de suas partes. Além disso, o suporte traz consigo outra modalidade de informação, referente à sua própria materialidade. Em todas as disciplinas citadas, a priorização de uma das partes constitutivas do conceito de documento não implica, de modo algum, a exclusão da outra, representando apenas opções de enfoque derivados da maneira como se deseja trabalhar as informações. Não obstante, cumpre ressaltar que o documento, enquanto síntese da informação e da materialidade do suporte, é sempre produto de uma vontade. Isto significa que o conteúdo informativo do documento não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse produto de uma ação geradora do documento (LOPEZ, 2003).

Ao finalizar esta seção, que permitiu o contato ao campo conceitual importante para a base desta pesquisa, observou-se que a Ciência da Informação é marcada por um momento histórico de explosão informacional, promovido a partir da Segunda Guerra Mundial. Sendo que a informação se torna fundamental para o progresso econômico, sustentado tanto pela ciência quanto pela tecnologia.

Ademais, constatou-se que a Ciência da Informação tem como característica marcante a interdisciplinaridade tanto em sua constituição quanto em sua atuação. Dessa forma, destaca-se que essa ciência, junto com seu objeto de estudo e suas variadas abordagens e ramificações temáticas, possui um caráter que é simultaneamente tecnológico e sociocultural, refletindo a interdependência entre os avanços técnicos e as transformações sociais.

A próxima seção apresenta considerações relevantes, de nível teórico, sobre imagem, registro fotográfico, documentação fotográfica e Fotodocumentação, dentre outros, conforme os objetivos propostos para este trabalho.

1.2 INFORMAÇÃO IMAGÉTICA E FOTODOCUMENTAÇÃO

Este estudo procura contribuir com a Ciência da Informação, uma área que investiga a origem, o fluxo, a disseminação e os impactos do uso da informação. Nesse contexto, esta pesquisa aborda discussões sobre a informação registrada por meio da captura da imagem, explorando suas características, relevância e implicações. Consequentemente, também se expõe a temática da documentação fotográfica, enfatizando a importância de compreender como as imagens são organizadas, acessadas e utilizadas no âmbito da Ciência da Informação.

Sobre o aspecto histórico do uso de imagens, Pinker (2013) menciona que desde o tempo de Platão, memórias visuais têm sido comparadas a imagens físicas - representações. Então, ao longo dos anos, tem-se mostrado que existe uma interpretação dessa ideia de “imagem metafórica” que é

compatível com os princípios da psicologia computacional moderna. Ou seja, o uso de imagens remete aos nossos ancestrais e a representação imagética nunca foi tão explorada quanto é atualmente.

Além disso, Pinker (2013) traz a metáfora do “olho da mente olhando para uma imagem mental”, que desempenhou ambos os papéis no estudo das imagens. De acordo com o autor a metáfora inspirou descobertas importantes, como o estudo de rotação mental. Sendo que a aplicação da ciência cognitiva computacional ao estudo das imagens tirou a teoria e a pesquisa das imagens do reino da metáfora. Foi dado um maior valor e atenção aos estudos voltados para a imagem e os seus diversos usos, aplicações e impactos.

Na percepção de Aumont (1993), a imagem envolve uma variedade de aspectos. Isso inclui não apenas os fatores fisiológicos relacionados à captação visual realizada pelo olho humano, mas também as influências do ambiente ao redor. Além disso, considera-se também os fatores informacionais e comportamentais que impactam a forma como percebemos e interpretamos as imagens.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) traz a definição de imagem como a “representação gráfica, plástica ou fotográfica de seres, objetos ou fatos”. Bem como, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcante (2008) apresentam definições acerca do termo imagem como:

1. qualquer representação de caráter artístico ou documentário; figura - imagem.
2. de um ponto de vista mais restrito, diz-se de uma imagem ou qualquer representação gráfica, que se encontra no interior de uma publicação - imagem.
3. qualquer representação de caráter não-textual que se encontra em um documento - fora do texto, imagem, são representações enviadas pelas coisas aos nossos sentidos (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 190).

A captura da imagem, enquanto forma de registro da informação, está intrinsecamente ligada ao avanço tecnológico. Esse desenvolvimento possibilitou não apenas a criação da técnica e a melhoria na qualidade das imagens, mas também a ampliação dos métodos e dispositivos utilizados para esse registro, tornando o processo mais acessível e eficiente. Assim, a

intersecção entre a tecnologia e a prática da captura de imagens, a fotografia, reflete um importante aspecto da evolução da documentação visual na contemporaneidade.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) traz a definição de fotografia como a “imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos”. Assim como, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcante (2008), a fotografia é definida como:

1. técnica ou arte de produzir imagens visíveis pela ação da luz, que fixa essas imagens de modo direto e durável sobre uma superfície sensibilizada; foto. 2. a fotografia é um tipo de documento icônico não-projetado. E a fotografia aérea sendo aquela ‘tirada de um meio de transporte aéreo, a uma altura determinada e de acordo com um plano de escala’ (CAMA, p. 40); material cartográfico. É a representação da informação produzida por sensibilização de um filme. E a fotografia digital na qual a imagem fica armazenada não em filme fotográfico mas em arquivos digitais (em *bits* e *bytes*). É necessária a utilização de câmera digital para realizar a gravação da imagem (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p.175).

Com relação ao registro fotográfico, é no bojo das tecnologias concebidas a partir do período da Revolução Industrial, final do século XVIII e início do século XIX, que surge a técnica chamada fotografia. Assim, à medida que a nova técnica era conhecida e utilizada, principalmente nos grandes centros da Europa e dos Estados Unidos, mais investimentos eram direcionados ao setor fotográfico: “a enorme aceitação que a fotografia teve, notadamente a partir da década de 1860, propiciou o surgimento de verdadeiros impérios comerciais e industriais” (KOSSOY, 2001, p. 26).

Ademais, Kossoy (2001) menciona que toda fotografia é concebida com um determinado objetivo. Dessa maneira, seja um registro fotográfico feito por iniciativa própria ou por demanda externa, há a necessidade de documentar. Bem como, o autor diz que “esses registros, que foram produzidos com uma finalidade documental, representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico”.

A fotografia possui atributos de perpetuidade e inquestionabilidade. Assim, “o caráter de prova irrefutável do que realmente aconteceu atribuído à

imagem fotográfica pelo pensamento da época, transformou-a num duplo da realidade, num espelho, cuja magia estava em perenizar a imagem que refletia" (MAUAD, 1996, p.74).

Com o intuito de abordar questões acerca do documento imagético e da importância do contexto para uma maior compreensão e aplicabilidade dessa informação, Lopez (2000) menciona que "é fundamental também considerar que a 'leitura' do significado das imagens somente se faz possível dentro de um contexto histórico cultural definido, responsável pela atribuição de significados a partir de uma dada linguagem representacional, também constituída historicamente".

Além disso, Albuquerque (2008) endossa que o documento fotográfico possui várias funções e circula por várias áreas do conhecimento. Bem como, "usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia, para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina, verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura" (ALBUQUERQUE, 2008).

Desse modo, o registro fotográfico começou a ser comum e a servir, não só de manifestação artística, mas também de comprovação documental das diversas atividades humanas. Sendo que a finalidade histórica da fotografia é também abordada como uma forma de documentar uma determinada realidade de um determinado fato ou período. Kossoy (2001) discorre que:

a expressão cultural dos povos exteriorizada através de seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, fatos sociais e políticos passou a ser gradativamente documentada pela câmara. O registro das paisagens urbana e rural, a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, os conflitos armados e as expedições científicas, a par dos convencionais retratos de estúdio - gênero que provocou a mais expressiva demanda que fotografia conheceu desde seu aparecimento e ao longo de toda a segunda metade do século XIX -, são alguns dos temas solicitados aos fotógrafos do passado (KOSSOY, 2001, p.26).

Barthes (1990) contribui com essa pesquisa ao abordar questões importantes relacionadas às mensagens que a fotografia transmite. Ele argumenta que não é necessário dividir ou traduzir em outra linguagem o que

está sendo visualizado para compreender o que se pretende comunicar. Em outras palavras, a imagem fotográfica se apresenta como uma mensagem que não requer um código específico e que é contínua em sua expressão.

No entanto, segundo Barthes (1990), ela é um reflexo perfeito do real. Além disso, Barthes descreve que a fotografia, assim como outras formas de arte, como desenhos, pinturas, cinema e teatro, comunica duas mensagens: uma denotativa, que traz o sentido literal, e outra conotativa, que depende do contexto em que a imagem é inserida.

Conforme argumenta Mauad (1996), a fotografia não se limita a ser um simples registro da realidade. Na verdade, o ato de registrar em forma de imagem transcende o objeto físico capturado, exigindo uma atenção cuidadosa ao contexto em que a fotografia é inserida. É fundamental considerar não apenas o que é visto, mas também as circunstâncias sociais, culturais e temporais que cercam a imagem, pois esses elementos influenciam profundamente sua interpretação e significado.

Fica evidente, como a fotografia foi usada como um instrumento eficaz para testemunhar e documentar os acontecimentos. Essa prática revela a sua capacidade de captar e registrar momentos significativos da realidade, servindo como um meio de evidência visual que comunica e preserva os fatos. Assim, “desde a sua descoberta até os dias de hoje a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo, registrando sua história numa linguagem de imagens.” (MAUAD, 1996, p. 77).

Além disso, a fotografia assume um papel social ao retratar momentos e realidades, contribuindo para a construção da memória coletiva e a disseminação de informações sobre contextos culturais e históricos. Essa capacidade de registrar e comunicar, por meio de imagens, fortalece seu valor como ferramenta de análise crítica da sociedade. Dessa forma, “uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais” (MAUAD, 1996, p. 77).

Com relação à interpretação imagética, Mauad (1996) explora as questões relacionadas a como o indivíduo, atuando como "leitor" ou "destinatário", assimila ou se apropria da imagem fotográfica. Nesse caso, a autora identifica dois níveis distintos de compreensão que são fundamentais para a análise da relação entre o espectador e a fotografia. Primeiro, o nível interno à superfície do texto visual, originado a partir das estruturas espaciais que constituem tal texto, de caráter não-verbal. Assim como, o nível externo à superfície do texto visual, originado a partir de aproximações e inferências com outros textos da mesma época, inclusive de natureza verbal. Nesse nível, podem-se descobrir temas conhecidos e inferir informações implícitas.

A autora destaca o inter-relacionamento entre o nível interno e o nível externo para a adequada "compreensão de textos visuais". Ademais, ela argumenta que esse processo é constituído por um "ato conceitual" que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo, com o intuito final de promover a aquisição de conhecimento.

Nesse aspecto, como contribuição para o processo de construção do conhecimento, torna-se necessária a gestão da informação fotográfica, o que implica na reunião, organização e disponibilização dessa tipologia documental. Assim, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia oferece definições neste sentido:

- Acervo/arquivo fotográfico: "fundo ou coleção de fotografias que inclui diapositivos, negativos e prova, bem como, se for o caso, os textos relativos a esses documentos - arquivo audiovisual, arquivo iconográfico, banco de imagens, documentação fotográfica, fototeca" (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 27);
- Documentação fotográfica: "conjunto de documentos que se apresentam em forma de fotografia - arquivo fotográfico, arquivo iconográfico, documentação audiovisual, documentação iconográfica, fototeca" (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p.131);
- Fototeca: "arquivo fotográfico, biblioteca de fotografias. Entidade ou setor responsável pela organização, preservação e disseminação de

documentação fotográfica - arquivo fotográfico” (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p.175).

Além disso, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística também fornece definições relevantes que ampliam a compreensão sobre o universo que envolve a gestão de documentos fotográficos. Essas definições são cruciais para entender os conceitos e práticas associados a essa forma de documentação, permitindo uma melhor apreciação da importância e do tratamento adequado desse tipo de material:

- documento fotográfico: fotografia em positivo ou negativo;
- documento iconográfico: gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras;
- fototeca: instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos fotográficos.

Observa-se que, para o tratamento técnico de fotografias, é fundamental considerar a especificidade desta informação. Essa consideração é importante tanto para promover um armazenamento eficaz quanto para garantir um acesso fácil, rápido e de qualidade ao usuário. Assim, de acordo com o que é preconizado e defendido pela Ciência da Informação, uma unidade de informação não deve ser vista apenas como uma construção física, mas sim como um sistema de informação, independentemente da tecnologia utilizada, com práticas voltadas para a intermediação da informação.

Destaca-se a relevância e a singularidade do documento fotográfico como elemento constituinte dos arquivos:

As fotografias podem servir como fontes fidedignas, autorizadas e válidas aos estudos históricos, elas também devem ser consideradas peças importantes, como documentos dos conjuntos e fundos documentais tratados. A necessidade de entender melhor esse gênero documental encontrado com tanta frequência nos arquivos, mas tão diferente dos documentos tradicionalmente tratados pela arquivística (LACERDA, 2008, p. 21).

Neste sentido, torna-se essencial entender o contexto em que essa informação fotográfica está inserida. Tanto com relação à sua fase de produção quanto ao seu momento atual de armazenamento para um eficaz tratamento e disponibilização informacional.

Warner (2010) defende que investir em organização e descrição em uma coleção de objetos informacionais reduz o trabalho na busca e aumenta o poder de pesquisa. Assim, o trabalho de seleção também exerce um grande papel na recuperação da informação. Sendo uma ação que absorve o conceito de trabalho informativo ou mental. Ademais, sendo esse um campo conceitual extremamente importante para as atividades de seleção, organização e disponibilização da informação imagética.

Quanto a gestão de acervos arquivísticos é importante considerar os diversos aspectos envolvidos nesse processo. Particularmente, acerca da descrição, Lopez (2003) menciona que:

A organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo; possibilita tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integra. A descrição não pode ser dissociada da atividade de classificação. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. Sem a descrição o pesquisador/consulente cai em uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitiram compreender a informação. A classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as pessoas que organizaram o acervo (LOPEZ, 2003).

Vislumbra-se a importância da reunião, tratamento e disponibilização da informação. Com relação aos documentos fotográficos, sua relevância está tanto no seu aspecto histórico quanto funcional. Ademais, como bem ilustra Vigil (2012), deve-se buscar “la valoración de la fotografía como documento” atuando, dessa maneira, na prática da chamada documentação fotográfica. Desse modo, por consequência, tais ações contribuem com a construção do conhecimento a partir da gestão da informação fotográfica.

Nesse momento, torna-se imprescindível destacar a Fotodocumentação e, ao considerar os seus variados aspectos, pode-se afirmar que ela traz o caminho percorrido pelo registro fotográfico, com abordagens documentais, mas também com o olhar informacional. Lopez (2000) levanta a situação recorrente dos acervos fotográficos serem submetidos a processos de organização e disponibilização de forma desvinculada com os documentos textuais que os compõem ou que os referenciam.

Desse modo, para Lopez, ocorre uma desvinculação do contexto documental, pois o documento fotográfico possui diferenças significativas em comparação ao documento meramente textual. O autor questiona: “será que tais especificidades são suficientes para justificar um tratamento embasado nas informações veiculadas pelas imagens, ao invés do respeito à proveniência e às atividades responsáveis pela gênese do documento?” (LOPEZ, 2000, p. 12).

Além disso, Lopez (2000) traz considerações acerca da importância do registro fotográfico ser visto como documento, de fato. Ademais, ele aborda os aspectos referentes ao contexto e a origem do documento imagético:

No caso dos arquivos, a inclusão de documentos fotográficos ocorreu em um momento posterior à ampla difusão dessa técnica na sociedade. Esse descompasso entre a difusão da fotografia e sua plena incorporação às práticas administrativas provocou a valorização do registro fotográfico enquanto imagem, em detrimento de seu papel enquanto documento. Isto é, passou-se a dar uma grande importância à cena retratada e à técnica de execução, esquecendo-se de promover uma contextualização arquivística do documento, no âmbito das atividades de seu produtor (LOPEZ, 2000, p. 158-159).

Desse modo, o contexto do documento fotográfico interfere no entendimento sobre o que essa informação quer transmitir. Assim, o contexto é influenciado por fatores espaciais, temporais, individuais, sociais, econômicos, culturais, dentre outros. Conseqüentemente, esses aspectos influenciam o registro fotográfico, ou seja, “os elementos do contexto que, em geral, não se encontram nos documentos, mas em seus vínculos e articulações não explícitas” (PEREIRA, 2016, p. 30).

Em busca de um entendimento mais aprofundado sobre o conceito de Fotodocumentação, Araújo (2018) apresenta a seguinte definição:

A fotodocumentação pode ser denominada como a associação de ideias que abordam questões relacionadas aos fundamentos epistemológicos da fotografia, abordagens teóricas sobre sua origem e percurso histórico, compreensão das especificidades da arte fotografia, apreciação da imagem fotográfica como componente integrante da arte, seu vínculo indiciário, estudos relacionados à linguagem da fotografia, análise documentária da imagem, coleta, representação da informação, leitura da imagem, tratamento da fotografia enquanto integrante de arquivo, processos e tratamento fotográfico, recuperação da memória, fatos, circunstâncias, dados e/ou a recuperação de informações em banco de dados voltados para o tema da fotografia, textos que utilizam ferramenta no processo de produção do conhecimento, expansão da informação fotográfica, difusão da fotografia e compartilhamento das imagens através de redes digitais (ARAÚJO, 2018, p. 44).

A Fotodocumentação pode ser destacada como um conjunto de ações teórico-científicas colaborativas e interdisciplinares, funcionando como um elo entre as pesquisas que se propõem a investigar o registro fotográfico como um elemento informacional. Dessa maneira, constata-se que ela “privilegia as questões informacionais em detrimento das técnicas, sendo capaz de reunir profissionais de diferentes áreas de formação em torno da Fotografia, como campo de estudo, sem a ocorrência de “ruído” disciplinar” (SARAIVA; LOPEZ, 2023, p. 6).

Nesse sentido, Saraiva e Lopez (2023) ressaltam que, para a Fotodocumentação, a fotografia é vista como um “fenômeno” em que são considerados os atributos e as etapas de gestão informacional dos itens fotográficos. Assim, nota-se que os estudos dedicados a essa área se voltam para “questões relacionadas com a organização técnica da informação – documental e contextual – do registro fotográfico com vista à sua gestão e utilização” (SARAIVA; LOPEZ, 2023, p. 8).

Pereira e Lopez (2022), a partir das discussões do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF 2021), apresentam a Fotodocumentação como uma área que incentiva os debates científicos e conceituais que giram em torno da fotografia. Nesse caso, de acordo com o referido grupo de pesquisa, os

registros fotográficos são tratados, independente da tipologia dos acervos ou dos detentores, pelo ponto de vista informacional do material fotográfico.

Para descrever a Fotodocumentação, considera-se a fotografia como o seu objeto de estudo, seja qual for a temática, cercada por elementos de documentação. No entanto, “que não deve ser entendida como um conjunto de documentos, mas sim, como o estudo da informação, no sentido espanhol das Ciências da Documentação como uma área transversal” (SARAIVA; LOPEZ, 2023, p. 8).

Quanto ao “patrimônio fotográfico”, Boadas (2008) apresenta essa concepção com aspectos da gestão documental de forma efetiva. Sendo que a Fotodocumentação sugere um olhar ainda mais abrangente “que articule o documento fotográfico com seu contexto e outros documentos” (PEREIRA; LOPEZ, 2022, p. 123) inter-relacionados de diversas formas.

Saraiva e Lopez (2023) retratam o patrimônio fotográfico quanto ao tratamento físico e informacional. Com relação ao primeiro, trata-se de abordagens com alto nível técnico que envolve “preservação, conservação e restauração”. Ou seja, trata-se de preocupações de “conservadores” e não da Fotodocumentação. Em contrapartida, o tratamento informacional, composto por elementos de interesse científico da Fotodocumentação, compreende: “técnicas e materiais, autores (pessoais e institucionais), funções originais, funções posteriores, contextos históricos e socioculturais, contextos administrativo e arquivístico, acesso e divulgação, cópias e direitos” (SARAIVA; LOPEZ, 2023, p. 10).

A Fotodocumentação, envolvida com o caminho informacional percorrido pelo documento fotográfico, se utiliza do Ciclo da Informação como base teórica. Desse modo, possibilita também análises informacionais mais amplas e contextuais dos registros fotográficos e, não somente, processos formais de tratamentos técnicos arquivísticos ou documentais.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o Ciclo da Informação, utilizado pela Ciência da Informação, é parte integrante e indissociável do processo de Gestão da Informação como um todo. Nesse contexto, “o principal objetivo da gestão da informação é identificar e potencializar recursos informacionais de

uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais” (TARAPANOFF, 2006, p. 22).

Nesse momento, torna-se importante caracterizar o Ciclo da Informação, por sua ligação estreita com os processos analíticos dos itens fotográficos, na perspectiva da Fotodocumentação. Tarapanoff (2006) descreve o Ciclo Informacional da seguinte forma:

O ciclo informacional é iniciado quando se detecta uma necessidade informacional, um problema a ser resolvido, uma área ou assunto a ser analisado. É um processo que se inicia com a busca da solução a um problema, da necessidade de obter informações sobre algo, e passa pela identificação de quem gera o tipo de informação necessária, as fontes e o acesso, a seleção e aquisição, registro, representação, recuperação, análise e disseminação da informação, que, quando usada, aumenta o conhecimento individual e coletivo (TARAPANOFF, 2006, p. 23).

A partir das proposições de Tarapanoff (2006), Saraiva (2017) adapta o Ciclo Informacional ao inserir “uma análise macro, em quatro fases, a saber: 1) gênese da informação; 2) organização da informação; 3) recuperação da informação; e, 4) comunicação da informação” (SARAIVA, 2017, p. 25).

Ademais, Saraiva e Lopez (2023) atualizam o modelo com mais uma subdivisão, ou seja, uma quinta macro etapa de uso e “reaproveitamento da informação” com o intuito de permitir o movimento cíclico desse processo. Dessa maneira, “tais fases – criação, gestão, recuperação, comunicação e uso – correspondem às linhas gerais do Ciclo da Informação – conceito basilar da Ciência da Informação” (SARAIVA; LOPEZ, 2023, p. 7). Vale ressaltar que o Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF) utiliza essa última versão do ciclo em suas discussões em torno da Fotodocumentação, representado mais adiante por meio da Figura 18.

Para Araújo (2018), a Fotodocumentação caminha ao lado de outras disciplinas, já que é marcada pela interdisciplinaridade e a transversalidade. De fato, tais aspectos permitem que os “estudos sobre fotografia”, que comungam dos conceitos e objetivos da Ciência da Informação, como menciona a autora, “não devem ser vistos como estudos isolados em diversas disciplinas e sim como elemento integrador entre elas”.

A abordagem de Araújo (2018), quanto à Fotodocumentação e à Ciência da Informação, mostra um estado de harmonia entre essas temáticas. Assim como, ilustra o que alguns autores defendem quanto aos aspectos relacionados à Ciência da Informação. Nesse sentido, pode ser mencionado Le Coadic (2004) que caracteriza essa ciência como social e interdisciplinar, que depende da colaboração de variados campos do conhecimento.

De fato, inevitavelmente, a fotografia circula nas diversas áreas do conhecimento. Desse modo, fica o seguinte questionamento: “a fotografia é objeto de estudo de qual área do conhecimento?”. Vale ressaltar que essa pergunta feita pelo professor André Porto Ancona Lopez, em uma de suas aulas sobre Fotodocumentação na Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB), em 2021. Assim, é evidenciado o aspecto múltiplo e transversal do documento fotográfico e da Fotodocumentação. Bem como, nota-se que o referido questionamento possui várias respostas possíveis, mas pode-se afirmar que este objeto de estudo, a fotografia, pertence à Fotodocumentação.

Desse modo, quando se verifica que a fotografia permeia diversas áreas do saber, permite espaço para alinhá-la a nichos informacionais também específicos. Assim, por conter aspectos variados também, a informação ambiental e a apropriação humana de espaços naturais ou a ocupação territorial de determinada região geográfica se utiliza de várias áreas do conhecimento ou áreas de atuação como parte do seu processo constituinte.

Vale ressaltar que, conseqüentemente, os resultados das atividades realizadas nas temáticas elencadas anteriormente, por meio do registro fotográfico, podem ser abordados sob a perspectiva da Fotodocumentação.

1.3 OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL E O SEU REGISTRO FOTOGRÁFICO

É necessário entender o contexto histórico da ocupação territorial da região central brasileira e, além disso, o aumento populacional provocado com a construção da nova capital: Brasília. Bem como, identificar os aspectos envolvidos no registro fotográfico desse evento importante que direcionou os olhares e as ações, na segunda metade do século XX, para o Planalto Central do Brasil.

Para isso, é fundamental dedicar esforços ao campo teórico-conceitual visando um maior entendimento sobre a concepção de território. Já que esse termo possui diversas aplicações que abrange variadas áreas como Geografia, Sociologia, Antropologia, Urbanismo, Meio Ambiente, Gestão de Políticas Públicas, dentre outras, onde suas implicações são amplas e multifacetadas.

É necessário entender o conceito de espaço para que se possa compreender o que é território. De acordo com Raffestin (1993) o espaço antecede ao território, e este se constitui a partir do espaço. Além disso, ele menciona a ação humana como responsável por “territorializar” o espaço. Ou seja, são as modificações causadas em determinado espaço como inserção de estradas, construção de edificações, instalação de redes de captação de água e de energia elétrica, dentre outros, que tornam aquele espaço um território. Assim, “o território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Com relação a espaço e território, Raffestin destaca, além da anterioridade do espaço com relação ao território, a sincronia entre os dois, sendo o espaço a “matéria-prima” e o território resulta da sua apropriação por meio das relações sociais e de poder ocorridas nesse âmbito:

[...] o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do

espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. [...] Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na visão de Sack (1983), a territorialidade humana é verificada como algo diferente do sistema biológico. Desse modo, ele defende que o pertencimento territorial humano pode ser entendido como um conjunto de táticas, de contexto espacial, que impacta, altera e regula os recursos variados disponíveis e os indivíduos que ali habitam.

Fuini (2017) aborda o processo de apropriação territorial ou ocupação territorial como um sistema em que se determina o uso e o comando de certo espaço. Dessa maneira, prevendo formas de uso e mutação dessa dimensão geográfica. Essa ocupação se fundamenta em três óticas:

uma subjetiva, baseada na representação social que um grupo tem do território ocupado, seus recursos, modalidades de utilização (conhecimentos técnicos e recursos do viver), acesso e distribuição; concreta, considerando as práticas sociais de apropriação e organização do trabalho e as técnicas e instrumentos utilizados na apropriação; e a abstrata que se refere às normas, regras e instituições que são mobilizadas pela coletividade para acessar, usar, distribuir e preservar os recursos do território, dando estabilidade ao processo de apropriação (FUINI, 2017, p. 154).

Almeida (2011) apresenta uma concepção humana ou social da ocupação territorial ao mencionar que se trata do resultado “de uma apropriação econômica, ideológica e sociológica do espaço por grupos que nele imprimem sua cultura e sua história. O território é esse espaço social e vivido”. A sensação de pertencimento, associada à identidade, gera o território, consequência da vivência, das experiências e da maneira como os indivíduos utilizam esse espaço.

Especificamente sobre o povoamento do Planalto Central do Brasil, estudos comprovam que essa ocupação é milenar, ou seja, remonta ao período pré-histórico do país. De acordo com Paulo Bertran, pesquisador do Planalto Central, as investigações de cunho arqueológico nessa região começaram em 1972 no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), da

Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, em 1975, pesquisas com essa temática foram desenvolvidas com o Projeto Anhanguera de Arqueologia, vinculado à Universidade Federal de Goiás.

Vale que ressaltar que em menos de duas décadas foram identificadas e catalogadas centenas de sítios arqueológicos nessa área central brasileira. Além disso, esse trabalho promoveu avanço técnico e científico nesse campo:

Em 1986, o IGPA, hoje entre os mais respeitáveis institutos de arqueologia do país, pôde levar ao conhecimento público a notícia de datação pelo método carbono-14 de vestígios de cinza, na Serra Geral de Goiás, com 43 mil anos, até o momento, dos mais antigos do Brasil, porém sem clara associação com artefatos humanos. Um ano antes, obtivera-se uma datação de 36 mil anos. [...] De fato, as datações científicas obtidas em Goiás e no Piauí dobram – e às vezes triplicam as mais antigas até hoje obtidas nos Estados Unidos, no México e na extensa costa sul-americana do Pacífico (BERTRAN, 1994, p. 7).



Figura 2 - Pinturas do estilo Serranópolis, Goiás.
Fonte: Bertran (1994).

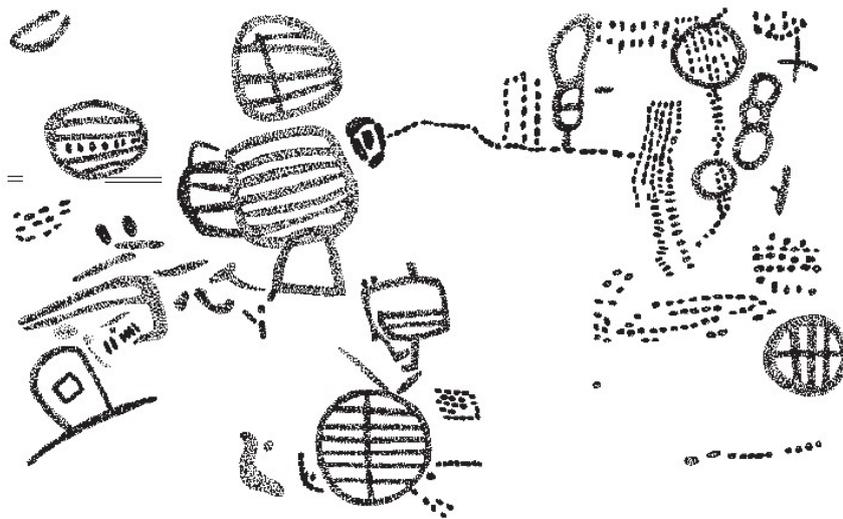


Figura 3 - Formosa, Gruta 14: pequenas partes das figuras geométricas do teto.
Fonte: Bertran (1994).

O processo de reconhecimento do território central do brasileiro inicia-se em meados do século XVI pelos espanhóis, sem muita ênfase e, posteriormente, pelos portugueses. A partir de então, as inspeções ganham uma maior intensidade, movidas pela busca de mão de obra indígena e de minérios valiosos, como destaca Barbo (2018):

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e à conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando expedições penetram no sertão brasileiro atrás de braços indígenas. A partir dos anos de 1700, a motivação foi a procura de materiais preciosos. Em 1719, foi descoberto ouro próximo a Cuiabá, no Mato Grosso, e, em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, e seus companheiros descobriram ouro na cabeceira do rio Vermelho, em Goiás, dando início ao povoamento luso-brasileiro no Planalto Central (BARBO, 2018, p. 83).

O fluxo migratório para essa área aumentou significativamente e pequenas vilas foram se formando. Com relação aos povos indígenas, conforme descrito no mapa etno-histórico do Brasil (IBGE, 1987), essa região era habitada por tribos Xavante, Kaiapó, Bororo, dentre outras. Já com relação à busca pelo ouro, “entre 1721 e 1822, a produção total de ouro dos estados de Goiás e de Mato Grosso atingiu o volume de pouco mais de 236 toneladas. Após esse período a região perde importância econômica e social [...] e a criação de gado a única atividade econômica relativamente importante” (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

Ademais, Barbo (2018) menciona a importância das chamadas “Estradas Reais” nesse movimento de ocupação territorial do Planalto Central brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, indo ao encontro do que detalha Bertran (2000) em seus estudos sobre o povoamento da área central do país:

[...] entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano [...]. Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas. Já a estrada do Rio Janeiro para São Luís e Belém do Pará dava entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrependidos, dirigindo-se a Luziânia. [...] se o

viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a Contagem de São João e depois para Planaltina, [...] atingindo Belém do Pará pela região bragantina. [...] futura Belém – Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros [...]” (BERTRAN, 1994, p. 141b).

No século XX, eventos relevantes marcam a passagem do sertão central para um polo de desenvolvimento integrado ao restante do Brasil. Nesse sentido, “sertão” está sendo empregado como interior do país e como região longe dos núcleos urbanos e do litoral, como discorre Paulo Bertran:

E tão bem assim logo começavam esses arcaísmos a desfalecer, com a criação de Goiânia nos anos 30 e de Brasília em 1960. Goiânia com seu “estado-novismo” eclipsou a história goiana. Brasília, com seu federalismo integracionista e suas estradas continentais, acabou de consumir a mitopoética dos sertões que deixavam de ser sertões. Começa o mito da integração cultural, o surgidouro de uma civilização brasileira. Os sonhos modernistas de 1922, herdados pelos sonhos de 1960 (BERTRAN, 1994, p.20).

Campos (1997) aborda os elementos históricos que elucidam os princípios de vanguarda, especificamente quanto ao aspecto relativo ao meio ambiente e ocupação territorial, que se apresentaram tanto com as expedições da Comissão Cruls para o reconhecimento do Planalto do Central quanto com a proposta da construção da nova capital do Brasil, Brasília:

[...] as preocupações com os aspectos ambientais estão presentes na história de Brasília desde as motivações para a sua interiorização, passando pela determinação dos critérios básicos para a concepção do seu projeto urbanístico e continua presente no processo de construção da cidade. Dentre as primeiras motivações apresentadas para a mudança da capital do Brasil para o planalto central do país, podemos destacar aqueles gerados por problemas vividos pela cidade do Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, tais como: problemas de saneamento, de expansão urbana; de transporte; de abastecimento de água tratada; de saúde pública etc. Essas preocupações com aspectos ambientais são confirmadas pela instituição de dois grupos de trabalho especializados para realizar estudos básicos necessários para a determinação do sítio adequado para construir a nova capital. Em 1892, logo após o advento da República, foi instituída a Comissão Cruls para determinar a localização geográfica do planalto central e levantar seus aspectos de fauna e flora (CAMPOS, 1997).



Figura 4 - Equipe da Comissão Cruls.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Vários são os relatos com relação à proposta de levar o desenvolvimento do país também para o seu interior central. Nesse sentido, na publicação institucional, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), “Novacap: 50 anos por Brasília” é enfatizado que:

Não poucos estudiosos, e de modo especial os historiadores, dedicaram-se ao tema do chamando mudancismo, quando o interesse é o de retomar os primórdios da ideia de transferência da Capital. [...], em tese, a ideia mudancista emerge, na Colônia, passando pelo Império até o limiar da era Republicana. Entretanto, a ideia de interiorização da capital brasileira nunca havia passado de um desejo. Ainda que bem fundamentado, por alguns poucos ilustres que, por suas aversões ou proximidades ao poder central, chegavam sempre a conclusões similares, quando tentavam justificar as vantagens ou necessidades de transferir a capital nacional para o interior do Brasil (NOVACAP, 2010, p. 51).

De acordo com o Atlas do Distrito Federal, elaborado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020), em um capítulo dedicado ao histórico da ocupação dessa região, a intenção de mudar a capital do país era para “promover a integração do território, levar desenvolvimento ao interior, proteger a sede do poder de ataques nos litorais e ocupar o amplo

território livre na região central”. Assim como, é relatado que essa mudança já era ventilada desde o período do Brasil Colônia, porém só houve de fato uma forte discussão em 1823 quando “José Bonifácio de Andrade e Silva reforçou a proposta da transferência da capital e sugeriu o nome Brasília”.

O referido documento da CODEPLAN (2020), traz ainda a descrição do sonho revelador que fazia a indicação exata de onde deveria ser levantada a nova capital brasileira. Na ocasião, o sonho tido pelo sacerdote católico italiano, Dom Bosco, em 1883, durante sua viagem na América do Sul mostrava que: “entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio desses montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.”

Ainda expondo o percurso histórico e cronológico da ocupação territorial do Planalto Central do Brasil, que culminou no concebimento da nova capital, é mencionado no Atlas do Distrito Federal que:

Após a proclamação da República, a nova Constituição Federal determinou, em 1891, a implantação da capital no Planalto Central. No ano seguinte, foi criada uma comissão de cientistas para explorar a região e demarcar a área destinada à nova capital, numa expedição conhecida como Missão Cruls. Apenas em 1952, o Congresso aprovou a lei que determinava a realização de um estudo conclusivo para a edificação da nova capital. O estudo, conhecido como Relatório Belcher, foi concluído em 1955 e indicava uma área de 52 mil km² para a construção. A área, denominada Sítio Castanho, abrangia os municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia, sendo ocupada somente por fazendas sem produção significativa e dois núcleos urbanos, Planaltina e Brazlândia, somando não mais que 5 mil habitantes dispersos pela região. Por fim, em 1956, o presidente recém-eleito, Juscelino Kubitschek, retomou o nome Brasília e promoveu um concurso para o projeto urbanístico da nova capital, que teve como vencedor o trabalho elaborado por Lucio Costa. A construção de Brasília teve início em outubro de 1956, sendo inaugurada em 21 de abril de 1960 (CODEPLAN, 2020).

Fontenele (2010) menciona que milhares de trabalhadores, convocados ou por iniciativa própria, chegaram na região onde seria construída a nova capital do país. Eram trabalhadores em busca de novas oportunidades que o grande projeto nacional oferecia. Dentre dessas pessoas estavam principalmente aqueles vindos da região Nordeste e de Minas Gerais. Eles eram em sua maioria homens e ficaram conhecidos como *candangos*. Esses

pioneiros, que fixaram moradia na cidade entre anos de 1960 e 1965, ainda guardam histórias e casos daquela época.

É relatado no Atlas do Distrito Federal que, mesmo após a mudança da capital em 1960, continuou o grande fluxo migratório e novas áreas foram ocupadas e núcleos urbanos consolidados. Além disso, poucos anos após a inauguração, já havia várias “cidades satélites”, previstas no projeto apenas para muito mais tarde, e a divisão em Regiões Administrativas se fez necessária. Assim, as oito primeiras Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Gama, Brazlândia e Taguatinga com núcleos urbanos já consolidados; e Sobradinho, Núcleo Bandeirante e Paranoá com grandes concentrações de trabalhadores que permaneceram na região (CODEPLAN, 2017).

A construção de Brasília, em um local visto inicialmente como totalmente impróprio e sem condições, levou para a parte central do território nacional uma inovadora e moderna concepção de cidade. A proposta apresentava uma estruturação urbana com o projeto do urbanista Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemayer, além de outros nomes que tornaram Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade.

O primeiro ato público que reforçou a preservação do projeto da nova capital ocorreu com a Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, que determinou: “Qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em Lei Federal”. Desse modo, a mencionada legislação, dentre outras, deu início ao processo em prol da necessidade de respeitar e de manter ao máximo as características do projeto original.

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, construída em aproximadamente quatro anos, no governo do Presidente Juscelino Kubistchek, a partir da edição da Lei Nº 2.874, em 1956, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Desse modo, a Novacap teve inicialmente a função de gerenciar as terras do Distrito Federal, mas, em 1972, esta função passa para a recém-criada Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

O ineditismo da nova capital do Brasil levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a incluir Brasília, em 07 de dezembro de 1987, na lista de Patrimônio Mundial a ser preservado. Assim como, ela foi inscrita, em 11 de dezembro de 1987, no Livro do Tombo como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo mundialmente considerada a maior detentora de área tombada.

Com relação à evolução urbana do Distrito Federal, o Atlas do Distrito Federal de 2017 relata que Brasília foi uma cidade projetada para abrigar de 500 a 700 mil habitantes. Dessa forma, caso esse limite fosse ultrapassado, seriam criadas cidades satélites. A população prevista foi rapidamente ultrapassada, e já em 2010, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) daquele ano, chegou ao quantitativo de 2.690.959 de habitantes.

Já no Censo do IBGE de 2022 foi contabilizado 2.817.381 de habitantes no Distrito Federal. Além disso, esse último censo realizado trouxe informações atualizadas sobre os aspectos territoriais dessa região como:

- sem divisão territorial em municípios;
- área territorial total de 5.760,784 km²;
- área urbanizada total de 590,22 km², conforme demonstra a figura a seguir:

Território

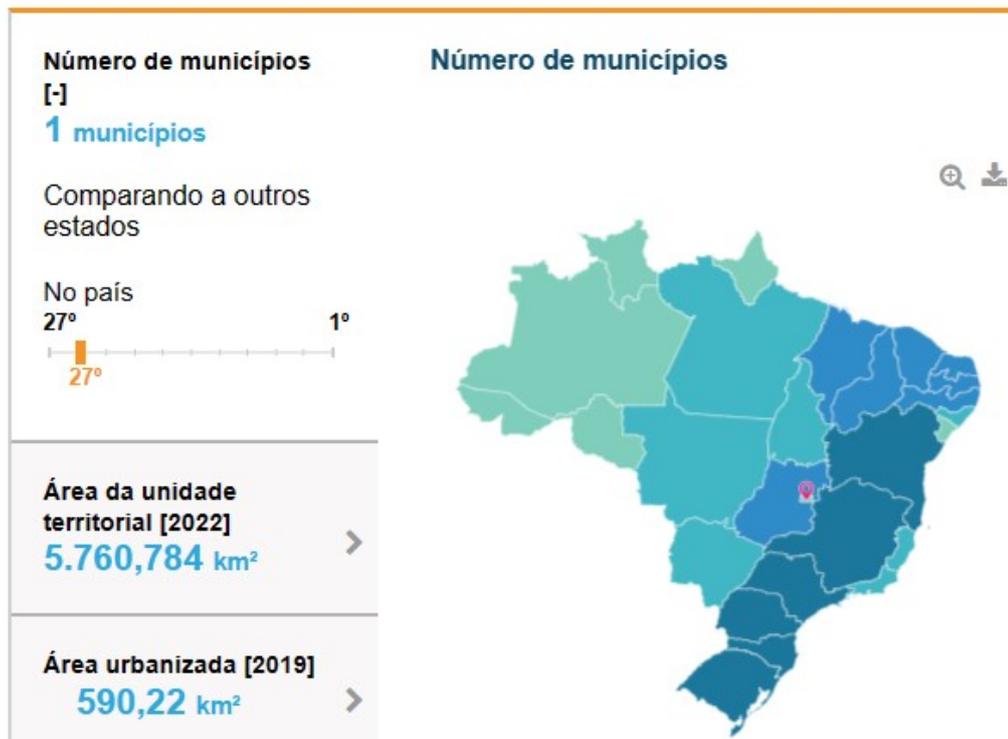


Figura 5 - Representação territorial do Distrito Federal.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

O referido Censo IBGE 2022 trouxe aspectos populacionais atualizados sobre o Distrito Federal como:

- Das 27 unidades federativas, o Distrito Federal ocupa a 20ª posição em quantitativo populacional;
- Densidade demográfica de 489,06 habitantes por m²;
- Possui uma frota 2.021.627 automóveis circulando nas ruas da cidade;
- Quantidade superior de mulheres por faixa etária;
- Projeção populacional para a próximas décadas, conforme ilustram as figuras a seguir:

População

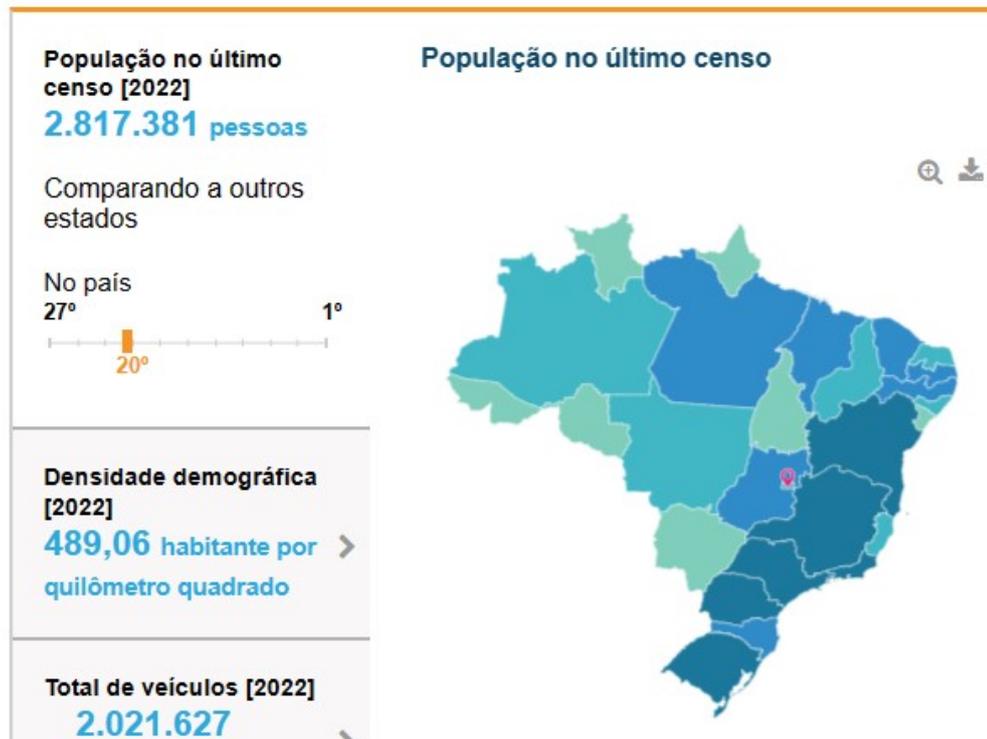


Figura 6 - Representação populacional do Distrito Federal.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

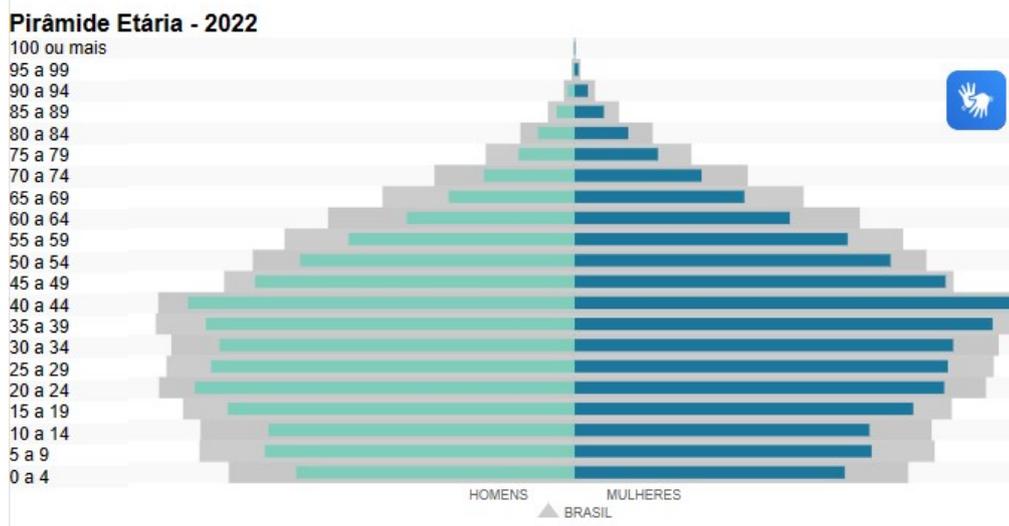


Figura 7 - Representação populacional do Distrito Federal.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

Projeção da População (Unidade: pessoas)

População projetada

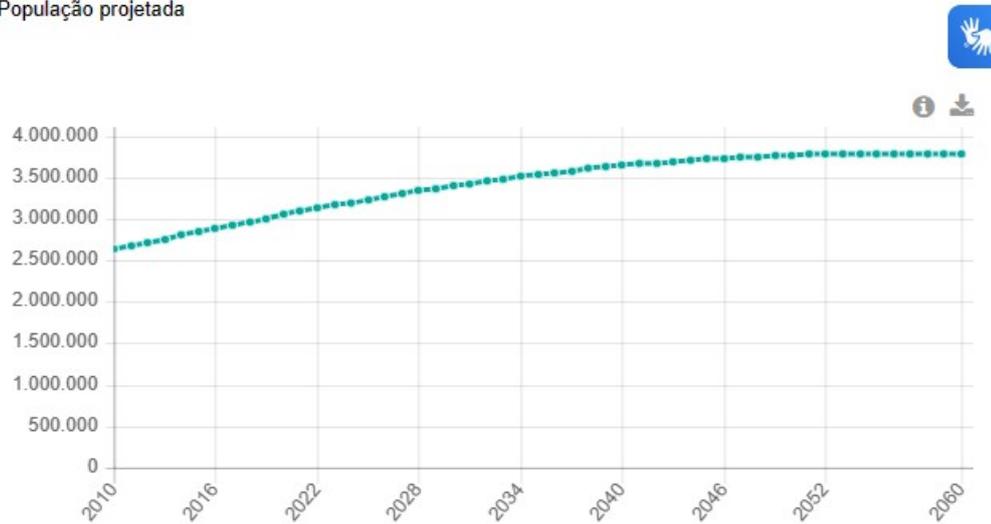


Figura 8 - Projeção populacional do Distrito Federal.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

Os dados apurados no Censo IBGE 2022 trouxeram mais detalhes acerca da população do Distrito Federal quanto a evolução do seu quantitativo populacional. Sendo apresentado, a cada década, desde a sua inauguração na década de 1960 quando o número era em torno de 141.000 habitantes, conforme representa a figura a seguir:

Crescimento populacional

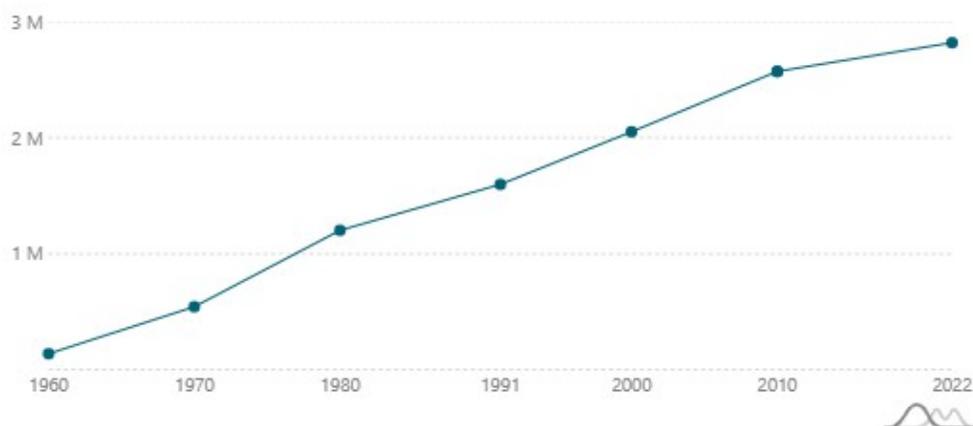
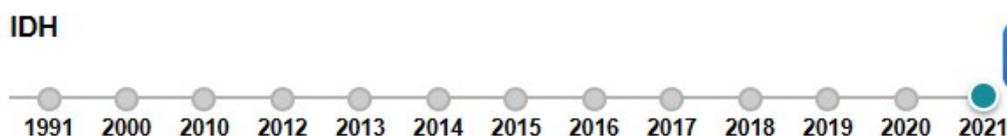


Figura 9 - Crescimento populacional do Distrito Federal.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

Além disso, o Censo IBGE 2022 trouxe informações referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Distrito Federal ocupou o primeiro lugar do *ranking* composto pelas 27 unidades da federação, conforme demonstra a figura a seguir:



NO BRASIL

1º	Distrito Federal	0,814
2º	São Paulo	0,806
3º	Santa Catarina	0,792
4º	Minas Gerais	0,774
5º	Espírito Santo	0,771

Figura 10 - IDH: ranking dos estados brasileiros.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

Vale ressaltar que o Distrito Federal se manteve nessa posição quanto ao desenvolvimento humano, nos últimos anos, como pode ser verificado na série histórica, conforme ilustra a figura a seguir:

IDH



Figura 11 - IDH do Distrito Federal: série histórica.

Fonte: Censo IBGE (2022) <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>

Levando em conta a mudança da capital para essa região, torna-se importante elencar as questões relacionadas ao registro fotográfico desse processo. Considerando os momentos anteriores e posteriores ao evento inovador da concepção de Brasília, como aponta, Nahima Maciel:

Poucas cidades no mundo foram tão fotografadas desde seu nascimento quanto Brasília. A capital da República ganhou álbum desde o planejamento de sua existência até o período adulto, incluindo aí a gestação e o nascimento. Hoje, os baús guardam coleções extensas de documentos geralmente pertencentes a famílias de fotógrafos ou a instituições públicas e privadas, mas ainda é possível colecionadores e pesquisadores conseguirem o acesso a esse material. Seja para formar uma coleção particular ou para integrar pesquisas pessoais, o universo é vasto (MACIEL, 2011).

Com isso, torna-se necessário o debate em torno dessa temática, já que “a fotografia continua a ser um instrumento fundamental para explicar períodos e construir vínculos com o passado” (FREITAS NETO, 2018). Acerca dos registros fotográficos que representam aspectos ligados à ocupação territorial com a construção de Brasília, pode-se utilizar os argumentos trazidos por Kossoy (2001). Desse modo, o autor aborda a necessidade de diferenciar “história através da fotografia” da “história da fotografia”. Assim, quanto ao primeiro ponto ele discorre que:

as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto *instrumento* de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica (KOSSOY, 2001, p. 55).

Já para o segundo ponto, Boris Kossoy destaca que:

para a história da fotografia, o critério obviamente não é o mesmo. Nesse gênero de história é a própria fotografia o *objeto* da pesquisa. Interessam fundamentalmente os artefatos representativos dos diferentes períodos para que possam servir de exemplificações das etapas sucessivas da tecnologia fotográfica, dos estilos e das tendências de representação vigentes num certo momento (KOSSOY, 2001, p. 55).

Assim, a fotografia torna-se um documento ou fonte informacional interdisciplinar, pois se revela uma “fonte histórica, na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos. Assim, uma fotografia pode ser objeto de estudos em áreas específicas das ciências e das artes” (KOSSOY, 2001).

Vale ressaltar que para este estudo a fotografia é vista como elemento integrante dos acervos investigados. Neste sentido, as abordagens mencionadas anteriormente quanto à “história através da fotografia”, apesar de não comporem a preocupação central, contribuem para este estudo. Já que a proposta é que ocorra o contato com os acervos das fotografias geradas ao

longo das últimas sete décadas. Ou seja, aqueles que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro com a construção da nova capital.

O primeiro registro fotográfico do território da nova capital foi o chamado Retângulo de Belcher, em 1954. A Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital contratou a empresa norte-americana Donald Belcher para sobrevoar e fotografar o território utilizando a aerofotogrametria: técnica desenvolvida na 2ª Guerra Mundial. Vale ressaltar que a definição de fotogrametria, trazida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), está como “técnica de elaboração de mapas a partir de fotografias aéreas, utilizando-se aparelhos e métodos estereoscópicos. Também chamada aerofotogrametria ou estereofotogrametria”.

A partir disso, a fotografia se torna um instrumento documental de grande utilização nos períodos tanto antes e durante a construção quanto após a inauguração da nova capital do Brasil. De fato, a captura de imagens foi utilizada de forma ostensiva no processo de reconhecimento do solo que iria ser levantada Brasília e suas futuras regiões administrativas, conforme destacado por Belcher (1957) e ilustrado nas figuras a seguir:

Em vista de suas longas distâncias e da necessidade de informações topográficas, seus engenheiros e técnicos especializados rapidamente adotaram a fotografia aérea e os métodos estereoscópicos de restituição para execução de mapas topográficos. Quando a Nova Constituição foi adotada, estabelecendo a mudança da Capital Federal, o movimento para realização deste desejo cresceu rapidamente. Era natural que a grande extensão do futuro Distrito Federal, no Planalto Central, fosse fotografada para o fim de prover informações topográficas (BELCHER, 1957, p. 15).



Figura 12 - Região montanhosa no “Retângulo” da Nova Capital.
Fonte: Relatório Técnico sobre a nova capital da República (1956).



Figura 13 - Estrada no “Retângulo” da Nova Capital com “grota ravina”.
Fonte: Relatório Técnico sobre a nova capital da República (1956).



Figura 14 - Erosão do solo em estrada do “Retângulo” da Nova Capital.
Fonte: Relatório Técnico sobre a nova capital da República (1956).

Vale ressaltar que a fotografia se faz presente, nos períodos antes, durante e após a construção de Brasília. Ademais, essas capturas de imagens foram realizadas por meio de outras lentes, além dos equipamentos da empresa Donald J. Belcher and Associates. Conforme os registros fotográficos exemplificados a seguir:

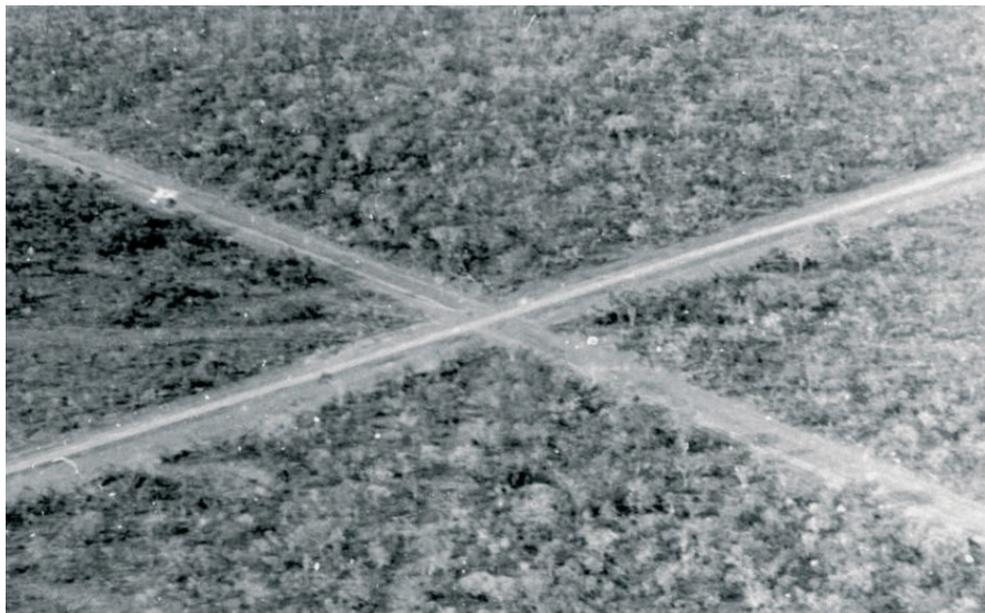


Figura 15 - Encontro dos eixos Monumental e Rodoviário (1957)
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 16 - Juscelino Kubitschek (esquerda) e Lúcio Costa (direita) nas obras do futuro Eixo Monumental.
Fonte: Atlas do DF (2020), Arquivo Nacional Fundo Correio da Manhã.

A figura 16 retrata um momento histórico em que Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa analisam a planta da “Avenida Monumental” localizada na região central: “o ponto zero da cidade”. Ressalta-se que este espaço atualmente é a “rodoviária de Brasília – a partir do qual, segundo Lúcio Costa, teria nascido Brasília. O avião de Lúcio Costa começava a descer sobre a superfície do Planalto. A cidade começava a sair do desenho para a realidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 185), conforme pode ser visualizado, por exemplo, na figura 17 a seguir:



Figura 17 - Eixo Monumental com parte das edificações construídas.
Fonte: Atlas do DF (2020), Arquivo Nacional Fundo Correio da Manhã.

Uma grande quantidade de registros fotográficos foi realizada devido a concepção da nova capital. O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), ao longo de um processo de incorporação de vários fundos arquivísticos pessoais e institucionais, aglutinou grande parte dessa documentação fotográfica. Sendo que um desses fundos - da Novacap que, conforme dados do ArPDF (2019), foi reconhecido, em 2007, pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa da Memória do Mundo da Unesco, como Patrimônio Documental da Humanidade. Desse modo, Crivelli e Bizello mencionam a importância documental desse fundo:

Seu acervo conta com documentação de 1892 a 1980, por considerar que o projeto de transferência da capital do país para o centro do território nacional não foi original do Presidente Kubitschek, mas vinha desde o final do século XIX. A documentação que pertenceu às equipes anteriores à NovaCap foi incorporada neste escopo documental que inclui todo o processo de idealização e construção da cidade (CRIVELLI e BIZELLO, 2019, p. 48).

Nesse contexto das ações de identificação dos acervos fotográficos que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro, especificamente a partir da concepção de Brasília, é importante ressaltar as considerações do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF). Como por exemplo, o esquema instrumental do Ciclo da Informação elaborado por Saraiva e Lopez (2023):

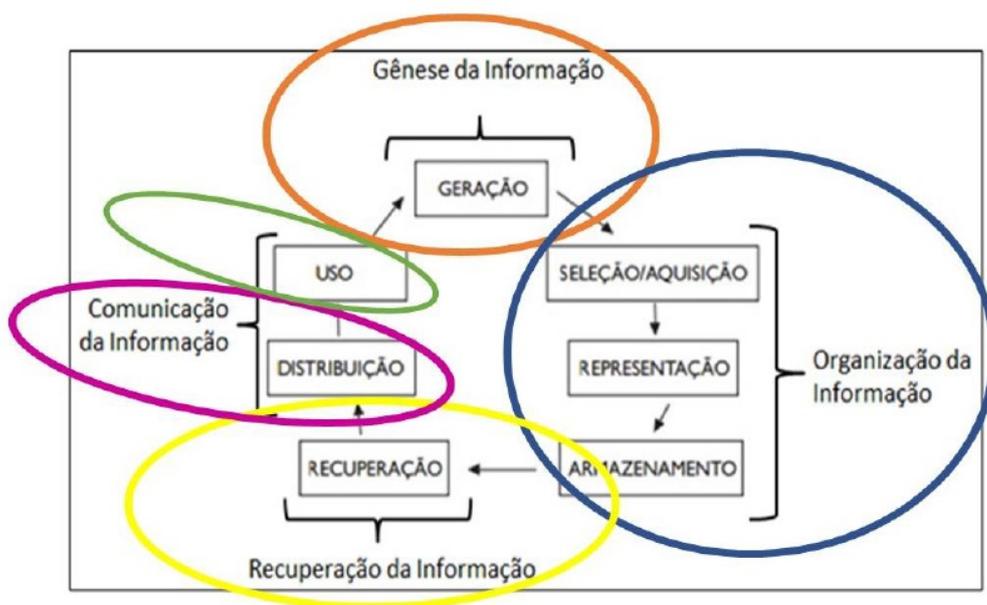


Figura 18 - Esquema instrumental do Ciclo da Informação.
Fonte: Saraiva e Lopez (2023).

Essa relevância se deve ao fato de esse grupo de estudos ter um olhar voltado para o fluxo da informação fotográfica, que requer uma atenção maior quanto ao seu contexto e as suas etapas de gestão como um todo:

“Nessa perspectiva ampla, fazem parte do escopo do GPAF discussões acerca da própria formação de diferentes modalidades de acervo, e das diferentes origens, compreensões e usos do documento fotográfico. O acervo fotográfico configura-se a partir da produção documental, tornando-se um conjunto somente a partir de atividades que aglutinam documentos e informações, constituindo um corpus. Tal gênese orgânica é definidora da caracterização do acervo e de sua institucionalização, sendo necessário, quando possível, situar o fenômeno acervo fotográfico sob a ótica da organização e acesso a tal material como registro de atividades administrativas e como fonte de pesquisa” (LOPEZ, 2013, p. 250).

O Esquema Instrumental do Ciclo da Informação, voltado para os acervos fotográficos, foi adaptado por Saraiva e Lopez (2023) com base no Ciclo Informacional proposto por Tarapanoff (2006). O referido esquema é composto por cinco grandes fases:

- Gênese da informação: produção da informação em que o contexto é essencialmente considerado.
- Organização da informação: abrange as etapas de reunião e tratamento da informação para a sua recuperabilidade.
- Recuperação da informação: utilização de sistemas manuais ou eletrônicos para disponibilização da informação.
- Comunicação da informação: aplicação de instrumentos, serviços ou produtos, para divulgação e acesso à informação.
- Uso da informação: envolve o consumo da informação e, conseqüentemente, uma nova produção informacional.

Percebe-se que, mesmo que não tenham se esgotado as consultas de todas as fontes relevantes para este estudo, houve um avanço quanto ao entendimento conceitual sobre os assuntos envolvidos. O acesso e a leitura da produção teórica foram primordiais para a concretização do processo de pesquisa. Além disso, com a realização desta etapa de exame das bases conceituais implicadas, foi proporcionada a execução, com maior clareza, do próximo passo desta pesquisa. Este estudo segue agora para a investigação empírica: as instituições públicas que compõe o GDF.

2. CONTEXTO EMPÍRICO

A proposta foi investigar, por meio dos acervos fotográficos e das instituições públicas distritais, a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil. Sendo que o marco desse processo foi a construção da nova capital do país nas décadas de 50 e 60 do século XX.

Primeiramente, para o exame do ambiente investigado, foram realizadas pesquisas no DODF para obtenção das informações quanto às instituições públicas que compõem a estrutura administrativa do GDF atualmente. Além disso, foram efetuadas buscas na fonte de informação eletrônica SINJ-DF. Ademais, para o complemento e ilustração das informações obtidas, foram feitas observações nos sítios da internet oficiais do GDF e das suas respectivas instituições, conforme descrito a seguir.

2.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO GOVERDO DO DISTRITO FEDERAL

A Administração Pública do Distrito Federal tem características diferenciadas quando comparada aos demais entes da federação: por possuir aspectos de nível estadual e municipal. Ou seja, o teor inovador da nova capital está presente em vários aspectos, como também na sua organização político-governamental. O GDF tem uma estrutura administrativa descentralizada, por exemplo, em função das Regiões Administrativas (RAs).

A investigação empírica permitiu a verificação de todas as instituições da Administração Pública do GDF. Desse modo, além das buscas realizadas no DODF e no SINJ-DF, também foi utilizado como fonte de informação o site da internet oficial do GDF, www.df.gov.br. Assim como, as informações referentes à constituição administrativa do governo distrital foram coletadas tendo como base complementar a aba oficial “Sobre o Governo”, www.df.gov.br/category/sobre-o-governo, conforme demonstrado respectivamente nas figuras 19 e 20 a seguir:

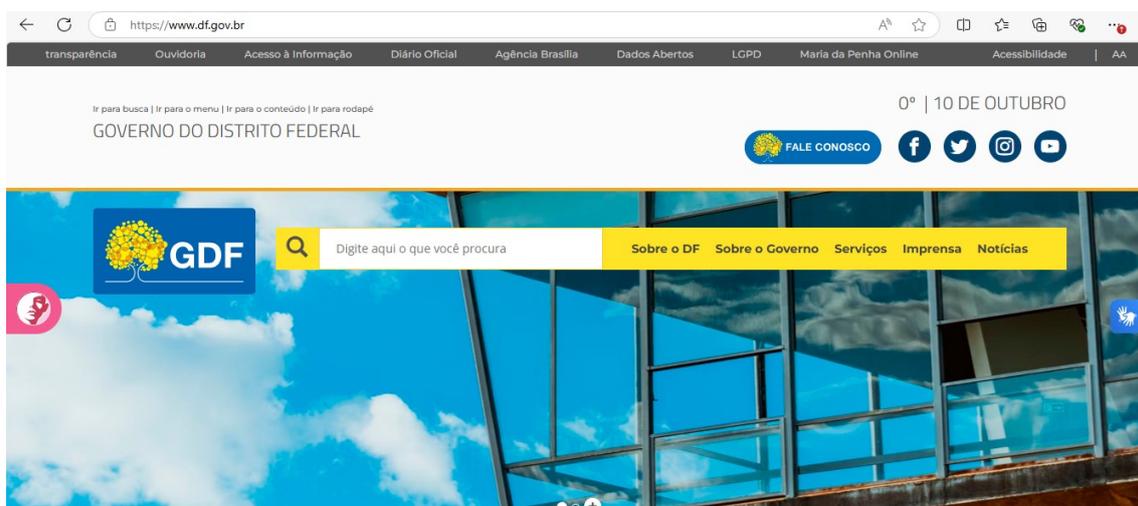


Figura 19 - Página inicial do site oficial Governo do Distrito Federal.
Fonte: <https://www.df.gov.br>.



Figura 20 - Página do site oficial sobre o Governo do Distrito Federal.
Fonte: <https://www.df.gov.br/category/sobre-o-governo/>.

Vale ressaltar que nessa aba, representada pela figura 20, estão todas as instituições distritais subdivididas em grupos: Secretarias, Administrações Regionais, Entidades e Órgãos Especializados. Ou seja, são listadas e categorizadas todas as instituições públicas que compõe o GDF.

Dessa forma, ao clicar em cada grupo de instituições, conforme ilustrado na figura 20, podem ser visualizadas todas as instituições. Assim como, o cidadão pode acessar o site oficial de cada uma, como exemplo da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), conforme descrito nas figuras 21 e 22 a seguir:

The image shows a screenshot of a web browser displaying the 'SECRETARIAS' page of the Federal District Government. The browser's address bar shows the URL 'https://www.df.gov.br/secretarias/'. The page header includes 'GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL' and navigation links for 'Sobre o Governo' and 'Secretarias'. The main content is titled 'SECRETARIAS' and lists two secretaries:

Secretaria	Informações de Contato
<p>SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL Secretário: Rafael Borges Bueno Parque Estação Biológica – Asa Norte – CEP: 70770-914</p>	<p>(61) 3051-6347 / 6430</p> <p> www.seagri.df.gov.br Ver no mapa</p> <p>DOWNLOAD DAS MARCAS E AVATARES DE REDES SOCIAIS Horário de Funcionamento: 08:00 às 18:00</p>
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE Secretária: Claryssa Nayara Alves Roriz Palácio do Buriti, Praça do Buriti, Térreo – CEP: 70075-900</p>	<p>(61) 3425-4753</p> <p>www.seac.df.gov.br DOWNLOAD DAS MARCAS E AVATARES DE REDES SOCIAIS Horário de Funcionamento: 08:00 às 18:00</p>

Figura 21 - Página do site oficial Secretarias Governo do Distrito Federal.

Fonte: <https://www.df.gov.br/secretarias/>.



Figura 22 - Página inicial do site oficial SEAGRI-DF.
Fonte: <https://www.seagri.df.gov.br>.

Após a execução dos levantamentos sobre a estrutura administrativa do GDF, foi obtido um quantitativo de 98 instituições apuradas, conforme elencadas a seguir:

- Secretarias (29):
 - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI)
 - Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade (SEAC)
 - Casa Civil
 - Casa Militar
 - Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM)
 - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC)
 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)
 - Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)
 - Secretaria de Estado de Educação (SEEDF)
 - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SELDF)
 - Secretaria de Estado de Economia (SEEC)
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH)

- Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS)
 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA)
 - Secretaria de Estado da Mulher (SMDF)
 - Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura (SODF)
 - Secretaria de Estado de Família e Juventude (SEFJ)
 - Secretaria de Estado de Projetos Especiais (SEPE)
 - Secretaria de Estado de Relações Institucionais (SERINS)
 - Secretaria de Estado de Saúde (SES)
 - Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP)
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Reda (SEDET)
 - Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (SEMOB)
 - Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)
 - Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)
 - Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal)
 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE)
 - Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência (SEPD)
 - Secretaria de Estado de Assuntos Internacionais (SEAI)
- Administrações Regionais (35):
 - Administração Regional de Águas Claras (RA XX)
 - Administração Regional de Brazlândia (RA IV)
 - Administração Regional da Candangolândia (RA XIX)
 - Administração Regional de Ceilândia (RA IX)
 - Administração Regional do Cruzeiro (RA XI)
 - Administração Regional da Fercal (RA XXXI)
 - Administração Regional do Gama (RA II)
 - Administração Regional do Guará (RA X)
 - Administração Regional do Itapoã (RA XXVIII)
 - Administração Regional do Jardim Botânico (RA XXVII)

- Administração Regional do Lago Norte (RA XVIII)
 - Administração Regional do Lago Sul (RA XVI)
 - Administração Regional do Núcleo Bandeirante (RA VIII)
 - Administração Regional do Paranoá (RA VII)
 - Administração Regional do Park Way (RA XXIV)
 - Administração Regional de Planaltina (RA VI)
 - Administração Regional do Plano Piloto (RA I)
 - Administração Regional do Recanto das Emas (RA XV)
 - Administração Regional do Riacho Fundo I (RA XVII)
 - Administração Regional do Riacho Fundo II (RA XXI)
 - Administração Regional da Samambaia (RA XII)
 - Administração Regional de Santa Maria (RA XXII)
 - Administração Regional de São Sebastião (RA XIV)
 - Administração Regional do SCIA e Estrutural (RA XXV)
 - Administração Regional do SIA (RA XXIX)
 - Administração Regional do Sobradinho (RA V)
 - Administração Regional do Sobradinho II (RA XXVI)
 - Administração Regional do Sudoeste e Octogonal (RA XXII)
 - Administração Regional de Taguatinga (RA III)
 - Administração Regional do Varjão (RA XXIII)
 - Administração Regional do Vicente Pires (RA XXX)
 - Administração Regional de Arniqueira (RA XXXIII)
 - Administração Regional do Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXXII)
 - Administração Regional do Araponga (RA XXXIV)
 - Administração Regional de Água Quente (RA XXV)
- Entidades (29):
 - Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)
 - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA)
 - Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER)

- Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF)
- Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS)
- Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal (PROCON-DF)
- Instituto de Previdência dos Servidor do Distrito Federal (IPREVI-DF)
- Instituto Brasília Ambiental (IBRAM-DF)
- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU)
- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF)
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB)
- Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP)
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF)
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ-DF)
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB)
- Banco de Brasília (BRB)
- Companhia Energética de Brasília (CEB)
- Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP)
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF)
- Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FEPECS)
- Fundação Hemocentro de Brasília (FHB)
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB)
- Fundação Jardim Botânico de Brasília (JBB)
- Universidade do Distrito Federal (UnDF)
- Escola de Governo (EGOV)

- Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF)

- Órgãos Especializados (5):
 - Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF)
 - Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF)
 - Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)
 - Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)
 - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)

Após o mapeamento macro da estrutura administrativa distrital, tornou-se necessária a realização de análises específicas, ou seja, verificação de instituição por instituição. Desse modo, este processo executado está descrito na próxima seção reservada para o mapeamento das instituições públicas distritais detentoras da referida informação fotográfica.

2.2 MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS

As atividades realizadas de observação possibilitaram a elaboração de uma lista de instituições propensas a terem os acervos fotográficos em foco, seja pelo perfil institucional ou por possuírem em sua estrutura organizacional unidades de informação:

- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI)
- Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM)
- Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC)
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH)
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA)

- Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura (SODF)
- Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)
- Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)
- Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER)
- Instituto Brasília Ambiental (IBRAM-DF)
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB)
- Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP)
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF)
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
- Fundação Jardim Botânico de Brasília (JBB)
- Universidade do Distrito Federal (UnDF)
- Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF)

As ações referentes à segunda fase da coleta de dados, dos questionamentos abertos, permitiram identificar quais instituições públicas do GDF, independentemente do perfil de atividades ou da estrutura organizacional, de fato são detentoras de acervos ou documentos fotográficos que refletem a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil com a construção da nova capital, conforme descrito a seguir:

- Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)



Figura 23 - Página inicial do site oficial ArPDF.
Fonte: <https://www.arquivopublico.df.gov.br>.

- Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER)

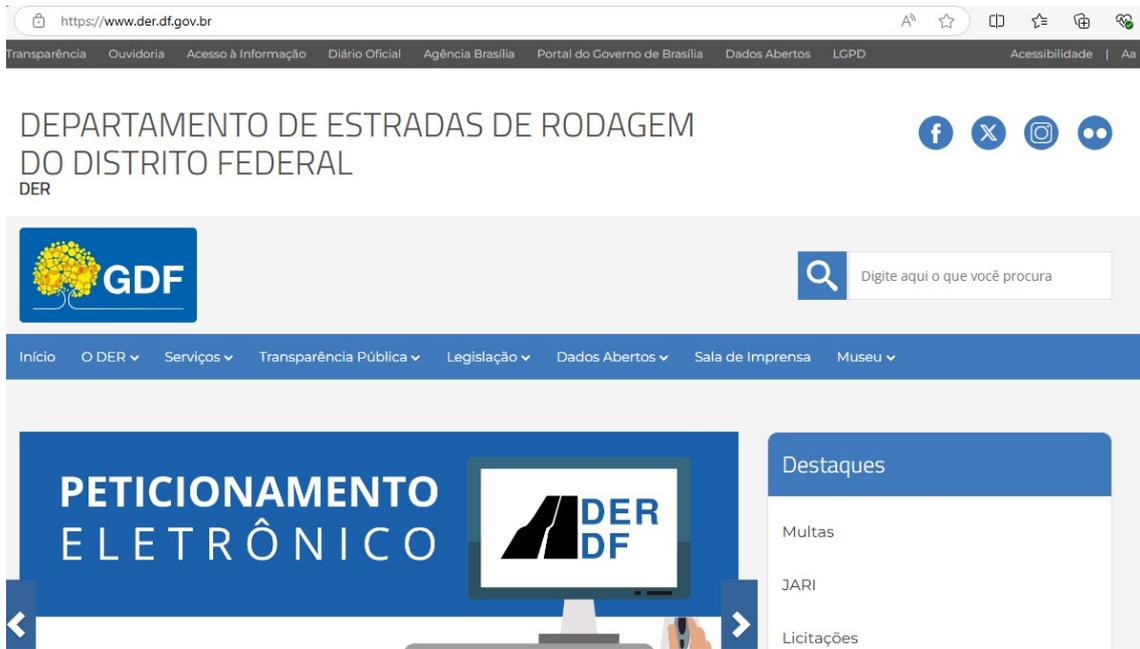


Figura 24 - Página inicial do site oficial DER-DF.
Fonte: <https://www.der.df.gov.br>.

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)



Figura 25 - Página inicial do site oficial EMATER-DF.
Fonte: <https://www.emater.df.gov.br>.

- Fundação Jardim Botânico de Brasília (JBB)



Figura 26 - Página inicial do site oficial FJBB.
Fonte: <https://www.jardimbotanico.df.gov.br>.

- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB)

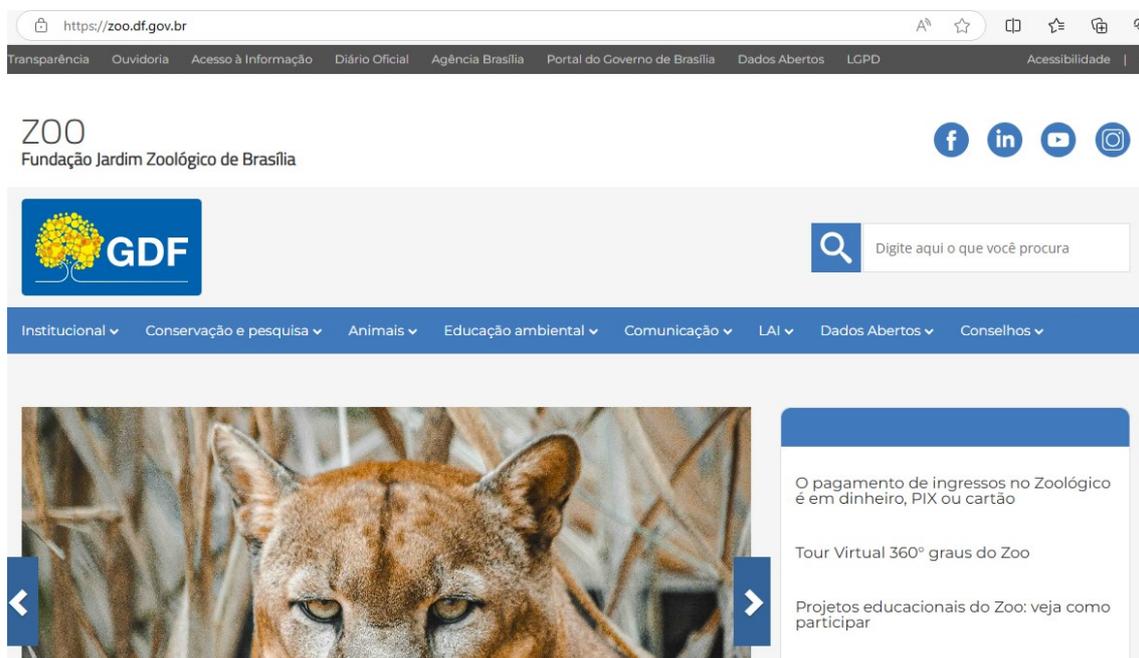


Figura 27 - Página inicial do site oficial FJZB.

Fonte: <https://www.zoo.df.gov.br>.

Dessa maneira, após o contato com o universo empírico desta pesquisa, foi adquirido um maior entendimento sobre o contexto prático das instituições públicas que compõem o GDF. Conforme mencionado, a imersão nesse conhecimento experienciado foi realizada devido a verificação da estrutura administrativa distrital de forma geral e aos exames específicos de cada ente público.

Além dos meios empregados como pesquisador – quanto ao uso de fontes de informação, observação e questionamentos – a exploração empírica possibilitou o acesso aos serviços públicos de informação do governo distrital sob a perspectiva do usuário. Visto que, como instrumentos de apoio para obtenção das informações, foram utilizados os canais formais públicos, ou seja, a interface disponibilizada para o cidadão.

Os desdobramentos e as constatações científicas obtidas, tanto por meio da investigação teórica quanto da investigação prática — como, por exemplo, as questões reais identificadas quanto ao percurso informacional dos acervos fotográficos institucionais em questão — estão descritos ao longo do próximo capítulo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o objetivo de *investigar os acervos fotográficos públicos do Governo do Distrito Federal (GDF) que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília*, este capítulo permite a apresentação dos resultados obtidos e sua discussão, e está estruturado em duas partes:

- o mapeamento das instituições públicas distritais que detêm acervos ou documentos fotográficos relativos à ocupação territorial dessa região;
- os ciclos e os desenhos informacionais das instituições detentoras quanto aos seus acervos ou documentos fotográficos com o aporte, respectivamente, do esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023) e do modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006) e, por fim, a discussão geral dos resultados.

3.1 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS

Com a pesquisa empírica foram verificadas as instituições públicas distritais detentoras dos acervos fotográficos que retratam a ocupação territorial dessa região, a partir do evento da construção da nova capital. Tanto os aspectos físicos, estruturais e arquitetônicos quanto os humanos, sociais e

culturais foram considerados neste processo de identificação do material fotográfico em questão.

Para isso, o caminho trilhado teve como primeiro momento o uso de fontes de informação, DODF e SINJ-DF, além da observação dos sites institucionais, permitindo elencar o grupo geral de instituições distritais. Nessa etapa foram identificadas aquelas que possuem o perfil de possíveis detentoras do material fotográfico em questão. A etapa seguinte foi executada no sentido de colher informações junto a cada instituição, por meio de correspondência eletrônica. Desse modo, o quadro 2 abaixo representa a categorização dos dados coletados quanto as instituições detentoras dos referidos registros fotográficos.

Quadro 2 - Categorização dos dados coletados: instituições públicas distritais detentoras

TIPOLOGIA INSTITUCIONAL	INSTITUIÇÃO	RETORNO RECEBIDO
ENTIDADE	ArPDF	DETENTORA
	DER-DF	DETENTORA
	EMATER-DF	DETENTORA
	FJZB	DETENTORA
	FJBB	DETENTORA

Fonte: elaboração própria.

Foi adotada como estratégia coletar os dados, por meio das fontes de informação citadas, obedecendo a mesma ordem apresentada no site oficial do GDF. Desse modo, observou-se que o ponto de exaustão ou saturação da coleta ocorreu na tipologia institucional *Administração Regional*. Isto é, não trazendo nenhuma nova informação, mas somente dados repetidos quanto a ausência de registros fotográficos sobre a ocupação territorial da região. Porém, conforme mencionado na seção de processo metodológico, optou-se por seguir com a coleta de dados com o intuito de apurar de forma integral toda a estrutura administrativa do GDF.

O processo de coleta de dados foi realizado no período de abril a junho de 2023. Houve um segundo levantamento no período de novembro de 2023 a fevereiro de 2024. Ainda um terceiro levantamento ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2024. Com a repetição das ações de observação e de questionamento aberto junto às instituições foi possível a checagem, atualização e confirmação das informações.

As ações de coleta e análise foram realizadas de forma simultânea ao elencar e agrupar e, logo em seguida, codificar os dados apurados, no exato momento do contato, para uma melhor apresentação. Além disso, as informações obtidas, via buscas com observação direta e questionamentos enviados, foram consideradas com o auxílio da Análise de Conteúdo e à luz do referencial teórico utilizado. O processo de Análise de Conteúdo iniciou-se, como uma análise prévia, já a partir dos primeiros resultados das buscas realizadas no ambiente empírico. Conforme defende Bardin (2016) quando diz que a pré-análise tem como intuito possibilitar a viabilidade prática das ideias inicialmente vislumbradas.

Optou-se por realizar a verificação repetida das informações recuperadas com o intuito de atualização e confirmação do cenário investigado. Desse modo, foi observado que os resultados encontrados detêm total relação com a finalidade desse estudo. A pertinência foi considerada nessa etapa, já que os itens precisam “ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 2016, p. 65).

No momento de examinar cada informação visualizada ou recebida determinou-se o objeto ou núcleo em questão, já que “recorta-se o texto em função desses temas-eixo, agrupando à sua volta tudo o que o locutor exprime” (BARDIN, 2016, p. 69). Como núcleo ou tema-eixo focou-se em mapear, a partir das informações vislumbradas, a localização e gestão dos acervos fotográficos institucionais distritais que refletem a ocupação do Planalto Central brasileiro, com a construção de Brasília.

Por ser uma ferramenta de pesquisa qualitativa que elenca, avalia e descreve o material coletado e possibilita a extração de conteúdo dos documentos, a Análise de Conteúdo foi adequada para essa pesquisa. Nesse

sentido, conforme mencionado por Bardin (1977), o ciclo da Análise de Conteúdo é composto por “pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados” e essas fases foram empregadas nesta investigação.

3.2 CICLOS E DESENHOS INFORMACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DISTRITAIS DETENTORAS

A partir dos questionamentos abertos realizados, as instituições detentoras elencadas apresentaram informações quanto as formas de contato, organização e acesso aos acervos fotográficos em questão.

Os aspectos identificados nesta pesquisa quanto ao percurso informacional dos referidos acervos fotográficos institucionais foram analisados sob a ótica da Fotodocumentação. O Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF) tem como referência o uso da representação do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023), conforme Figura 18, como norteador das discussões em torno da Fotodocumentação.

Destaca-se como aporte para este estudo o modelo de Arquitetura da Informação, proposto por Lima-Marques e Macedo (2006), representado na Figura 1, devido a este ser empregado a “qualquer ambiente informacional”. Além disso, esse modelo permite a representação do caminho percorrido pela informação institucional, ou seja, os “processos básicos do ciclo da informação”, com três níveis ou camadas: “contexto, conteúdo e uso” (LIMA-MARQUES; MACEDO, 2006, p. 249).

Em resumo, para este trabalho optou-se pelo uso do modelo de Arquitetura da Informação como instrumento de análise do desenho informacional das instituições detentoras e dos acervos fotográficos em foco, porém, considerando aspectos à luz da Fotodocumentação. Ou seja, foi necessária também a utilização do referido esquema instrumental do Ciclo da Informação já que ambos se complementam e colaboram de forma significativa para esta pesquisa, conforme descrito a seguir:

- Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF):

A solicitação de informações foi enviada para o canal de atendimento institucional, disponibilizado em seu site institucional oficial, por meio de correspondência eletrônica. Em resposta, a instituição mencionou que possui os registros fotográficos em questão em formato impresso ou digital e com acesso presencial ou remoto. Assim, optou-se pelo acesso remoto. Dessa forma, o recebimento dos referidos documentos ocorreu por meio de correspondência eletrônica, após o preenchimento digital de formulários institucionais de pesquisa. Este acervo fotográfico está categorizado por fundos arquivísticos institucionais e pessoais. Além disso, a instituição conta com um sistema de informações eletrônico de modo local, ou seja, não permite o acesso remoto imediato e síncrono. Ademais, segue abaixo a transcrição de parte das informações recebidas em resposta aos questionamentos enviados, a caracterização institucional, o ciclo e desenho informacional dos acervos fotográficos, bem como, parte do respectivo material identificado:

“Nosso atendimento é realizado de maneira presencial ou à distância. Porém, para os pesquisadores que residam ou estejam em Brasília, pedimos que venham até o Arquivo Público e assim, disponibilizaremos acesso a todo nosso acervo digital. Dessa maneira, pedimos também que traga um pen-drive para conseguir levar algum documento que seja de seu interesse. Podemos estar agendando um dia e horário para a realização de sua pesquisa. Nosso horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 9 horas às 12 horas, e pela parte da tarde de 14 horas às 17 horas. O agendamento pode ser realizado por e-mail ou pelo telefone (61) 98211-7171”.

“Existe sim essa possibilidade. Lhe encaminharemos o formulário em anexo para que sua pesquisa fique registrada. Após esse processo, faremos a separação da sua demanda. Pedimos também, além do preenchimento do formulário com os seus dados, para que na página ‘Solicitação de Reprodução de Documentos’ o senhor registre e explique no que consiste sua demanda”.

“Iremos em busca de sua demanda e assim que isso for finalizado entraremos em contato para lhe enviar os documentos via drive”.

“Teremos que fazer uma pesquisa mais específica. E o acervo ainda não se encontra todo digitalizado. Temos já bastante documentos digitalizados, mas também digitalizamos por demanda”.

Quadro 3 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos ArPDF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)

Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)				
Caracterização institucional	Criação	14/03/1985		
	Tipologia institucional	Entidade		
	Vinculação	Casa Civil do Distrito Federal		
	Atuação	Gestão documental		
	Missão	Garantir continuamente a gestão, guarda, preservação e difusão documental da História e da Memória do Distrito Federal, disponibilizando ao Estado e à Sociedade, por intermédio do acesso ao Patrimônio		
	Meios de Contatos	Presencial	Setor de Garagens Oficiais SGO, Quadra 05, Lote 23, Brasília, DF, CEP: 70.610-650	
		Telefônico	(61) 3313-5981	
		Sítio da Internet	https://www.arquivopublico.df.gov.br	
Endereço eletrônico		arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br ; centrodepesquisa@arquivopublico.df.gov.br		
Dias e horários de atendimento	De segunda a sexta-feira, nos horários das 08 às 17hs			
Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Gênese da informação	Geração	Nem todos os registros fotográficos identificados possui autoria, data e local de criação	

Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Organização da informação	Aquisição	Em função da sua missão organizacional, os registros foram integrados à instituição para preservação da memória documental do DF
		Representação	As fotografias estão em formato impresso e digital
		Armazenamento	Os registros estão acondicionados em pastas físicas e digitais, e categorizados por fundos arquivísticos
	Recuperação da informação	Recuperação	O resgate das fotográficas é feito de forma manual e com aplicação de sistema de informação eletrônico local
	Comunicação da informação	Distribuição	Por meio de produtos informacionais do tipo exposições temáticas, há uma política interna que promove a divulgação destas fotografias com o intuito de disseminação da informação
	Uso da informação	Uso e reuso	O acesso e a utilização dos registros fotográficos ocorrem de forma presencial (meio físico e digital) ou remota. Sendo remoto por meio do envio de correspondência eletrônica do material digital ou digitalizado, sob demanda. Ou seja, sem acesso remoto imediato e nem síncrono. Consequentemente, o uso destas fotografias pode permitir a geração de novos documentos: estudos administrativos e técnicos, pesquisas científicas, matérias jornalísticas, dentre outros.



Figura 28 - Desenho informacional dos acervos fotográficos ArPDF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).

Fotografias identificadas como resultado das observações e dos questionamentos realizados

- **Geração:** não foram encontradas informações sobre autoria e data destes registros fotográficos.
- **Aquisição:** de acordo com os profissionais da instituição, estas fotografias foram incorporadas ao acervo por estarem no perfil das ações desenvolvidas.
- **Representação:** são fotografias impressas e digitais.
- **Armazenamento:** encontram-se em pastas físicas e digitais, categorizadas por fundos arquivísticos.
- **Recuperação:** as buscas ocorrem de forma manual (fotografias impressas) e por meio de sistema de informação eletrônico local.
- **Distribuição:** possui estratégias de divulgação.
- **Uso e reuso:** acesso presencial (versões impressas e digitais) ou remoto (versões digitais ou digitalizadas sob demanda).



Figura 29 - Membros da Comissão Cruls.

Fonte: ArPDF.

Esta fotografia é um dos registros das expedições realizadas, a partir de 1892, pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Tratava-se de uma equipe composta por militares e engenheiros, além de profissionais de outras áreas para o reconhecimento da região quanto a fatores ambientais, climáticos, geomorfológicos, dentre outros. Estes trabalhos de campo eram coordenados por Louis Ferdinand Cruls. Percebe-se as tendas do acampamento instaladas em meio à vegetação nativa do Cerrado.



Figura 30 - Lago Paranoá recém concebido.

Fonte: ArPDF.

Este registro permite vislumbrar a magnitude do Lago Paranoá, um dos maiores lagos artificiais do mundo, como também as obras da residência oficial do presidente do Brasil: Palácio da Alvorada, em Brasília.



Figura 31 - Vila Amaury: a vila submersa pelas águas do Lago Paranoá.
Fonte: ArPDF.

A imagem retrata a fase de construção de Brasília. Em primeiro plano, a Vila Amaury, uma região habitada de forma provisória por trabalhadores das obras da nova capital. Ao fundo, podem ser vistas algumas das edificações recém erguidas da Esplanada dos Ministérios: parte central da cidade. Com as obras finais para a implementação total do Lago Paranoá, essa vila foi totalmente tomada pelas águas.



Figura 32 - Praça do Cruzeiro (1958).
Fonte: ArPDF.

A fotografia mostra a Praça do Cruzeiro onde foi celebrada a primeira missa em Brasília, em maio de 1957. Além disso, percebe-se o início da ocupação habitacional dessa área.



Figura 33 - Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.
Fonte: ArPDF.

O registro possibilita visualizar as ruas principais da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante RA-VIII. Verifica-se na imagem um conjunto de moradias de madeira, devido ao seu propósito de cidade provisória, que abrigava os operários da construção de Brasília e suas famílias.



Figura 34 - Trabalhadores da construção da nova capital.
Fonte: ArPDF.

Esta imagem retrata parte dos milhares de trabalhadores em meio às obras que, em sua maioria, saíram da região Nordeste para concretizar o projeto da nova capital. Verifica-se edifícios em um estágio avançado de construção.

Fonte: elaboração própria.

- Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER):

A solicitação de informações foi enviada para a ouvidoria institucional pelo endereço eletrônico, disponibilizado em seu site institucional oficial, por meio de correspondência eletrônica. Em resposta, a instituição mencionou que possui os registros fotográficos em questão em formato digital e com acesso remoto. Assim como, foi indicado o *link* eletrônico para acesso remoto aos documentos públicos. Esse acervo fotográfico digital está categorizado de forma cronológica, por décadas, e pode ser consultado diretamente pelo cidadão a partir do referido *link* eletrônico. Ou seja, esses registros fotográficos estão inseridos em um sistema de informações eletrônico que permite o acesso remoto imediato e síncrono. Assim, segue abaixo a transcrição de parte das informações recebidas em resposta aos questionamentos enviados, a caracterização institucional, o ciclo e desenho informacional dos acervos fotográficos, bem como, parte do respectivo material identificado:

“Temos disponíveis registros de imagens de forma digital somente”.

“Os documentos em forma de fotografia desse órgão podem ser consultados pelo site institucional a qualquer momento pelo cidadão interessado”.

Quadro 4 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos DER-DF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER)				
Caracterização institucional	Criação	20/06/1960		
	Tipologia institucional	Entidade		
	Vinculação	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB)		
	Atuação	Gestão do sistema rodoviário		
	Missão	Assegurar a gestão eficiente do Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF), com foco no planejamento, construção, conservação, operação e fiscalização das vias, visando aprimorar a mobilidade e garantir a segurança viária aos seus usuários		
	Meios de Contatos	Presencial	SAM Bloco C - Setor Complementares Edifício Sede do DER/DF, Brasília, DF, CEP 70.620.030	
		Telefônico	(61) 3111-5500	
		Sítio da Internet	https://www.der.df.gov.br	
Endereço eletrônico		ouvidoria@der.df.gov.br		
Dias e horários de atendimento	De segunda a sexta-feira, nos horários das 08 às 17hs			
Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Gênese da informação	Geração	Os registros fotográficos identificados não possuem autoria, data e local de criação	
	Organização da informação	Aquisição	De forma orgânica, os registros foram integrados à instituição para preservação da sua memória	

Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Organização da informação	Representação	As fotografias estão em formato digital
		Armazenamento	Os registros estão reunidos em pastas digitais e subdivididos por décadas: Anos 1960 a Anos 2020
	Recuperação da informação	Recuperação	O resgate das fotográficas é feito de forma remota por meio do <i>link</i> https://geo-der.hub.arcgis.com , com aplicação de sistema de informação eletrônico. Possui um mapa interativo que mostra a localização em tempo real da fotografia selecionada
	Comunicação da informação	Distribuição	Há política interna que promove a divulgação destas fotografias institucionais com o intuito de disseminação da informação: site institucional
	Uso da informação	Uso e reuso	O acesso e a utilização dos registros fotográficos ocorrem de forma exclusivamente remota (meio digital), com acesso imediato e síncrono. O acesso ao material digital se dá com o envio do <i>link</i> por meio de correspondência eletrônica. Conseqüentemente, o uso destas fotografias pode permitir a geração de novos documentos: estudos administrativos e técnicos, pesquisas científicas, matérias jornalísticas, dentre outros.



Figura 35 - Desenho informacional dos acervos fotográficos DER-DF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).
Fonte: elaboração própria.

Fotografias identificadas como resultado das observações e dos questionamentos realizados

- **Geração:** não foram encontradas informações sobre autoria e data destes registros fotográficos.
- **Aquisição:** de acordo com os profissionais da instituição, estas fotografias foram incorporadas por retratarem as ações desenvolvidas.
- **Representação:** as fotografias estão em meio digital.
- **Armazenamento:** encontram-se em pastas digitais e subdividas por décadas.
- **Recuperação:** as buscas ocorrem de forma exclusiva com uso de *link* eletrônico.
- **Distribuição:** possui estratégias de divulgação.
- **Uso e reuso:** acesso remoto (versões digitais).



Figura 36 - Construção de vias públicas no Plano Piloto.
Fonte: DER-DF.

Esta fotografia destaca a ocupação e o tráfego na área central de Brasília, nos anos de 1960, por meio de vias públicas: Trevo de Triagem Sul - DF-002 (ERS/ERN). Ao fundo, destaca-se áreas ainda inabitadas.



Figura 37 - Implementação da DF-025.
Fonte: DER-DF.

O registro retrata obras realizadas nos anos 1970 para viabilização da DF-025 - Estrada Parque Dom Bosco (EPDB). Máquinas operam criando vias públicas onde se vislumbrava somente a vegetação nativa do Cerrado.



Figura 38 - Ponte do Bragueto (1995).
Fonte: DER-DF.

Por meio desta imagem verifica-se a entrega das obras, nos anos 1990, do Eixo Rodoviário Norte - DF-002 (ERS/ERN): Ponte do Bragueto. A placa fixada com o texto “GDF Presente” indica a realização de obras recentes no local.



Figura 39 - Entroncamento BR-060 e DF-001.
Fonte: DER-DF.

Esta fotografia permite visualizar as obras em andamento, nos anos 2000, do Entroncamento BR-060 com a DF-001 Estrada Parque Contorno (EPCT). A parte central da imagem indica a área ainda sem tráfego liberado. E ao fundo pode ser visualizada grande área de ocupação urbana.

Fonte: elaboração própria.

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF):

A solicitação de informações foi enviada para a ouvidoria institucional pelo endereço eletrônico, disponibilizado em seu site institucional oficial, por meio de correspondência eletrônica. Em resposta, a instituição mencionou que possui os registros fotográficos em questão em formato impresso e com acesso presencial ou remoto. Desse modo, optou-se pelo acesso remoto. Assim, o recebimento dos referidos documentos ocorreu por meio de correspondência eletrônica. Vale ressaltar que esse acervo fotográfico está acondicionado em pastas físicas e murais. Além disso, pode ser consultado pelo cidadão de forma presencial ou remota, sendo o envio feito por meio de correspondência eletrônica. Ou seja, esses registros fotográficos não estão inseridos em um sistema de informações eletrônico que permita o acesso remoto imediato e síncrono. Além disso, segue abaixo a transcrição de parte das informações recebidas em resposta aos questionamentos enviados, a caracterização institucional, o ciclo e desenho informacional dos acervos fotográficos, bem como, parte do respectivo material identificado:

“Possuímos em nossa instituição algumas fotografias nesse sentido sim. Elas estão em pastas arquivos e somente em meio impresso, mas estão à disposição para acesso”.

Quadro 5 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos EMATER-DF, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)				
Caracterização institucional	Criação	07/04/1978		
	Tipologia institucional	Entidade		
	Vinculação	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI)		
	Atuação	Gestão do desenvolvimento rural sustentável		
	Missão	Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio de assistência técnica e extensão rural de excelência, em benefício da sociedade.		
	Meios de Contatos	Presencial	Parque Estação Biológica, Edifício Sede Emater-DF, Brasília, DF, CEP 70.770.915	
		Telefônico	(61) 3311-9330 / 9456	
		Sítio da Internet	https://www.emater.df.gov.br	
Endereço eletrônico		ouvidoria@emater.df.gov.br		
Dias e horários de atendimento	De segunda a sexta-feira, nos horários das 08 às 17hs			
Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Gênese da informação	Geração	Os registros fotográficos identificados não possuem autoria, data e local de criação	
	Organização da informação	Aquisição	De forma orgânica, os registros foram integrados à instituição para preservação da sua memória	
		Representação	As fotografias estão em formato impresso	

Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Organização da informação	Armazenamento	Os registros estão acondicionados em pastas físicas sem nenhum tipo de organização, tratamento ou categorização
	Recuperação da informação	Recuperação	O resgate das fotográficas é feito de forma manual, ou seja, sem aplicação de sistema de informação eletrônico
	Comunicação da informação	Distribuição	Há uma política interna que promove a divulgação destas fotografias institucionais com o intuito de disseminação da informação: exposições
	Uso da informação	Uso e reuso	O acesso e a utilização dos registros fotográficos ocorrem de forma presencial (meio físico) ou remota (meio digital). O acesso ao material digitalizado, sob demanda, se dá por meio do envio de correspondência eletrônica. Ou seja, sem acesso remoto imediato e nem síncrono. Consequentemente, o uso destas fotografias pode permitir a geração de novos documentos: estudos administrativos e técnicos, pesquisas científicas, matérias jornalísticas, dentre outros.



Figura 40 - Desenho informacional dos acervos fotográficos EMATER-DF, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).
Fonte: elaboração própria.

Fotografias identificadas como resultado das observações e dos questionamentos realizados

- **Geração:** não foram encontradas informações sobre autoria e data destes registros fotográficos.
- **Aquisição:** de acordo com os profissionais da instituição, estas fotografias foram incorporadas por retratarem as ações desenvolvidas.
- **Representação:** as fotografias estão em meio físico (impressas).
- **Armazenamento:** encontram-se em pastas físicas e murais e sem tratamento informacional.
- **Recuperação:** as buscas ocorrem de forma manual.
- **Distribuição:** possui estratégias de divulgação.
- **Uso e reuso:** acesso presencial (versões impressas) ou remoto (versões digitalizadas), sob demanda.



Figura 41 - Atividades na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

A imagem permite identificar o uso de máquinas agrícolas no processo de preparação do solo para o plantio em área rural. Verifica-se que previamente foi realizada a retirada da vegetação nativa do local que ao fundo se mantém preservada.



Figura 42 - Plantio na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

O registro mostra as intervenções humanas realizadas em área não urbana. Observa-se ao fundo a vegetação nativa preservada e o solo preparado para o futuro plantio. Em primeiro plano verifica-se o plantio já realizado.



Figura 43 - Atividades de plantio na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

Nota-se à direita da fotografia uma área ocupada pelas atividades agrícolas de plantio. À esquerda percebe-se o fluxo de pessoas em estrada de terra. Ao fundo observa-se vegetação nativa mantida.



Figura 44 - Atividades na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

A imagem retrata um grupo de pessoas em área rural. Observa-se à direita uma pessoa que fornece informações a esse grupo por meio de uma exposição.



Figura 45 - Atividades na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

Destaca-se uma pessoa operando uma máquina agrícola no processo de preparação do solo para o plantio em área rural.



Figura 46 - Atividades na área rural do Distrito Federal.
Fonte: EMATER-DF.

Verifica-se ao fundo vegetação nativa preservada e área de plantio. À frente possui um grupo de pessoas reunidas em função de uma exposição de informações.

Fonte: elaboração própria.

- Fundação Jardim Botânico de Brasília (FJBB):

A solicitação de informações foi enviada para a ouvidoria institucional pelo endereço eletrônico, disponibilizado em seu site institucional oficial, por meio de correspondência eletrônica. Em resposta, a instituição mencionou que possui os registros fotográficos em questão em formato impresso e com acesso presencial ou remoto. Desse modo, optou-se pelo acesso remoto. Assim, o recebimento dos referidos documentos ocorreu por meio de correspondência eletrônica. Vale ressaltar que esse acervo fotográfico está acondicionado em pastas e pode ser consultado pelo cidadão de forma presencial ou remota, sendo o envio feito por meio de correspondência eletrônica. Ou seja, esses registros fotográficos não estão inseridos em um sistema de informações eletrônico que permita o acesso remoto imediato e síncrono. Assim, segue abaixo a transcrição de parte das informações recebidas em resposta aos questionamentos enviados, a caracterização institucional, o ciclo e desenho informacional dos acervos fotográficos, bem como, parte do respectivo material identificado:

“O acesso público somente físico por enquanto”.

“Então, tem álbum de fotos, fotos avulsas, filmes para revelar, pastas, envelopes e microfilmes”.

“Os armazenamentos se dão em caixas arquivo”.

“Não estão organizadas/catalogadas, mas esse processo se dará em breve, pois já existe uma comissão setorial de arquivo formada”.

“A ideia é digitalizar tudo com um scanner e depois arquivar fisicamente (no arquivo) e digitalmente (na nossa Biblioteca Digital do Cerrado), como acervo institucional”.

Quadro 6 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos FJBB, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)

FUNDAÇÃO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA (FJBB)				
Caracterização institucional	Criação	08/03/1985		
	Tipologia institucional	Entidade		
	Vinculação	Secretaria de Estado do Meio Ambiente Proteção Animal (SEMA)		
	Atuação	Gestão em conservação e educação ambiental		
	Missão	Constituição e a manutenção de coleções de plantas, desenvolvimento de pesquisa, educação ambiental e lazer orientados para a conservação da biodiversidade		
	Meios de Contatos	Presencial	Área Especial SMDB Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília, Setor de Mansões Dom Bosco, Lago Sul, Brasília, DF, CEP 71.680-001	
		Telefônico	(61) 99229-4914 (61) 99359-0137	
		Sítio da Internet	https://www.jardimbotanico.df.gov.br	
		Endereço eletrônico	ouvidoria@jbb.df.gov.br	
	Dias e horários de atendimento	De segunda a sexta-feira, nos horários das 08 às 18hs		
Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Gênese da informação	Geração	Os registros fotográficos identificados não possuem autoria e data de criação	
	Organização da informação	Aquisição	De forma orgânica, os registros foram integrados à instituição para preservação da sua memória	

Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Organização da informação	Representação	As fotografias estão em formato impresso
		Armazenamento	Os registros estão acondicionados em pastas físicas sem nenhum tipo de organização, tratamento ou categorização
	Recuperação da informação	Recuperação	O resgate das fotográficas é feito de forma manual, ou seja, sem aplicação de sistema de informação eletrônico
	Comunicação da informação	Distribuição	Não há uma política interna que promova a divulgação destas fotografias institucionais com o intuito de disseminação da informação
	Uso da informação	Uso e reuso	O acesso e a utilização dos registros fotográficos ocorrem de forma presencial (meio físico) ou remota (meio digital). O acesso ao material digitalizado, sob demanda, se dá por meio do envio de correspondência eletrônica. Ou seja, sem acesso remoto imediato e nem síncrono. Conseqüentemente, o uso destas fotografias pode permitir a geração de novos documentos: estudos administrativos e técnicos, pesquisas científicas, matérias jornalísticas, dentre outros.



Figura 47 - Desenho informacional dos acervos fotográficos FJBB, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).
Fonte: elaboração própria.

Fotografias identificadas como resultado das observações e dos questionamentos realizados

- **Geração:** não foram encontradas informações sobre autoria e data destes registros fotográficos.
- **Aquisição:** de acordo com os profissionais da instituição, estas fotografias foram incorporadas por retratarem tanto o processo de construção quanto as atividades desenvolvidas.
- **Representação:** as fotografias estão em meio físico (impressas).
- **Armazenamento:** encontram-se em caixas arquivo (físicas) e sem tratamento informacional.
- **Recuperação:** as buscas ocorrem de forma manual.
- **Distribuição:** não possui estratégias de divulgação.
- **Uso e reuso:** acesso presencial (versões impressas) ou remoto (versões digitalizadas), sob demanda.



Figura 48 - Construção de espaços multiuso FJBB.
Fonte: FJBB.

Ao fundo observa-se a vegetação da FJBB. Em primeiro plano materiais de construção que indicam a execução de obras de edificação no local.



Figura 49 - Visitação FJBB.
Fonte: FJBB.

A vegetação da FJBB ilustra o plano de fundo da fotografia. À frente, nota-se um grupo de pessoas entrando em um ônibus “Instituto Dom Orione”.



Figura 50 - Evento FJBB.
Fonte: FJBB.

Trata-se de um dos espaços da FJBB com trânsito de pessoas, passarelas de circulação, vegetação ornamental implementada e edificações construídas.



Figura 51 - Revitalização dos espaços FJBB.
Fonte: FJBB.

Verifica-se na imagem uma trilha da FJBB ornamentada com pedras, bambus e vegetação exótica (não nativa) para circulação e vivências dos visitantes.



Figura 52 - Visitação FJBB.
Fonte: FJBB.

O registro retrata ao fundo a vegetação de grande porte da FJBB, com espécies nativas e exóticas. Em primeiro plano observa-se o acervo de plantas da instituição, com tarjas de identificação, e a circulação de pessoas.

Fonte: elaboração própria.

- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB):

A solicitação de informações foi enviada para a ouvidoria institucional pelo endereço eletrônico, disponibilizado em seu site institucional oficial, por meio de correspondência eletrônica. Em resposta, a instituição mencionou que possui os registros fotográficos em questão em formato impresso e com acesso presencial ou remoto. Desse modo, optou-se pelo acesso remoto. Assim, o recebimento dos referidos documentos ocorreu por meio de correspondência eletrônica. Vale ressaltar que esse acervo fotográfico está acondicionado em pastas e pode ser consultado pelo cidadão de forma presencial ou remota, sendo o envio feito por meio de correspondência eletrônica. Ou seja, esses registros fotográficos não estão inseridos em um sistema de informações eletrônico que permita o acesso remoto imediato e síncrono. Além disso, segue abaixo a transcrição de parte das informações recebidas em resposta aos questionamentos enviados, a caracterização institucional, o ciclo e desenho informacional dos acervos fotográficos, bem como, parte do respectivo material identificado:

“Temos imagens sobre as primeiras construções do Zoológico de Brasília, antes mesmo da inauguração da capital federal”.

“Estas fotografias estão arquivadas em pastas físicas”.

Quadro 7 - Caracterização institucional e ciclo informacional dos acervos fotográficos FJZB, baseado no esquema instrumental do Ciclo da Informação de Saraiva e Lopez (2023)

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA (FJZB)				
Caracterização institucional	Criação	06/12/1957		
	Tipologia institucional	Entidade		
	Vinculação	Secretaria de Estado do Meio Ambiente Proteção Animal (SEMA)		
	Atuação	Gestão em conservação da fauna e educação ambiental		
	Missão	Manter a FJZB como um centro de excelência voltado para a conservação, pesquisa, educação e lazer		
	Meios de Contatos	Presencial	Avenida das Nações, Via L4 Sul, s/n, Brasília, DF, CEP 70610-100	
		Telefônico	(61) 3445-7037 / 7048	
		Sítio da Internet	https://zoo.df.gov.br	
Endereço Eletrônico		ouvidoria@zoo.df.gov.br		
Dias e horários de atendimento	De segunda a sexta-feira, nos horários das 08 às 12hs e das 14 às 18hs			
Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Gênese da informação	Geração	Os registros fotográficos identificados não possuem autoria e data de criação	
	Organização da informação	Aquisição	De forma orgânica, os registros foram integrados à instituição para preservação da sua memória	
		Representação	As fotografias estão em formato impresso	

Ciclo informacional dos acervos fotográficos	Organização da informação	Armazenamento	Os registros estão acondicionados em pastas físicas sem nenhum tipo de organização, tratamento ou categorização
	Recuperação da informação	Recuperação	O resgate das fotográficas é feito de forma manual, ou seja, sem aplicação de sistema de informação eletrônico
	Comunicação da informação	Distribuição	Não há uma política interna que promova a divulgação destas fotografias institucionais com o intuito de disseminação da informação
	Uso da informação	Uso e reuso	O acesso e a utilização dos registros fotográficos ocorrem de forma presencial (meio físico) ou remota (meio digital). O acesso ao material digitalizado, sob demanda, se dá por meio do envio de correspondência eletrônica. Ou seja, sem acesso remoto imediato e nem síncrono. Conseqüentemente, o uso destas fotografias pode permitir a geração de novos documentos: estudos administrativos e técnicos, pesquisas científicas, matérias jornalísticas, dentre outros.



Figura 53 - Desenho informacional dos acervos fotográficos FJZB, baseado na proposta de modelo de Arquitetura da Informação de Lima-Marques e Macedo (2006).
Fonte: elaboração própria.

Fotografias identificadas como resultado das observações e dos questionamentos realizados

- **Geração:** não foram encontradas informações sobre autoria e data destes registros fotográficos.
- **Aquisição:** de acordo com os profissionais da instituição, estas fotografias foram incorporadas por retratarem o processo de construção desta, antes mesmo da inauguração de Brasília.
- **Representação:** as fotografias estão em meio físico (impressas).
- **Armazenamento:** encontram-se em pastas físicas e sem tratamento informacional.
- **Recuperação:** as buscas ocorrem de forma manual.
- **Distribuição:** não possui estratégias de divulgação.
- **Uso e reuso:** acesso presencial (versões impressas) ou remoto (versões digitalizadas), sob demanda.



Figura 54 - Plano aéreo FJZB, final da década de 1950.
Fonte: FJZB.

Fotografia aérea do FJZB retrata a retirada da vegetação nativa ali existente. O espaço, ainda em construção, será direcionado para alocar espécies da fauna do parque. Conta ao seu redor com pavimentação finalizada e ao centro nota-se a implementação de um pequeno lago.



Figura 55 - Construção FJZB, final da década de 1950.
Fonte: FJZB.

A imagem registra a fase de construção do FJZB. Com edificações já construídas, assim como, passarelas para o trânsito de pessoas. Ao fundo percebe-se vegetação nativa preservada.

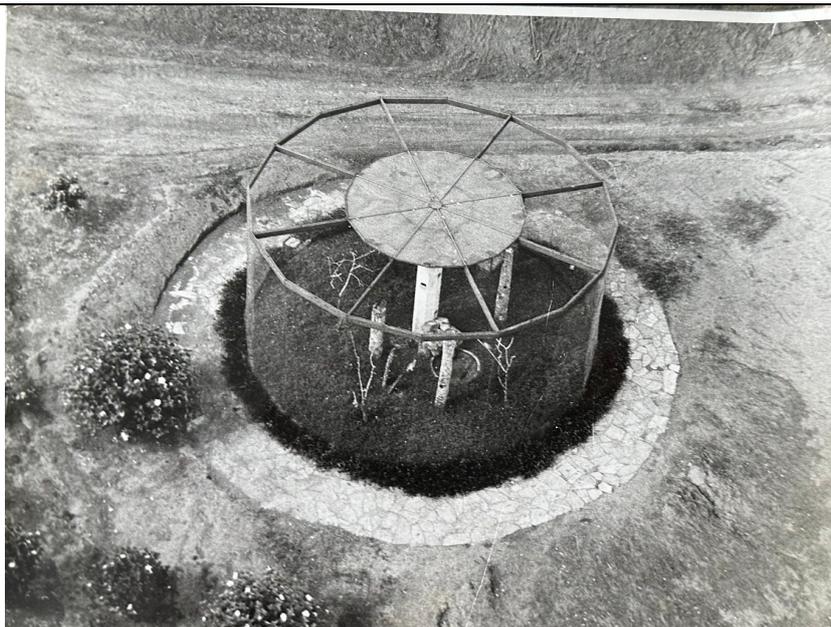


Figura 56- Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.
Fonte: FJZB.

Trata-se de fotografia aérea de um dos espaços do FJZB, recém-construído, para habitação de animais. Em torno do espaço já isolado, verifica-se o plantio de plantas ornamentais.

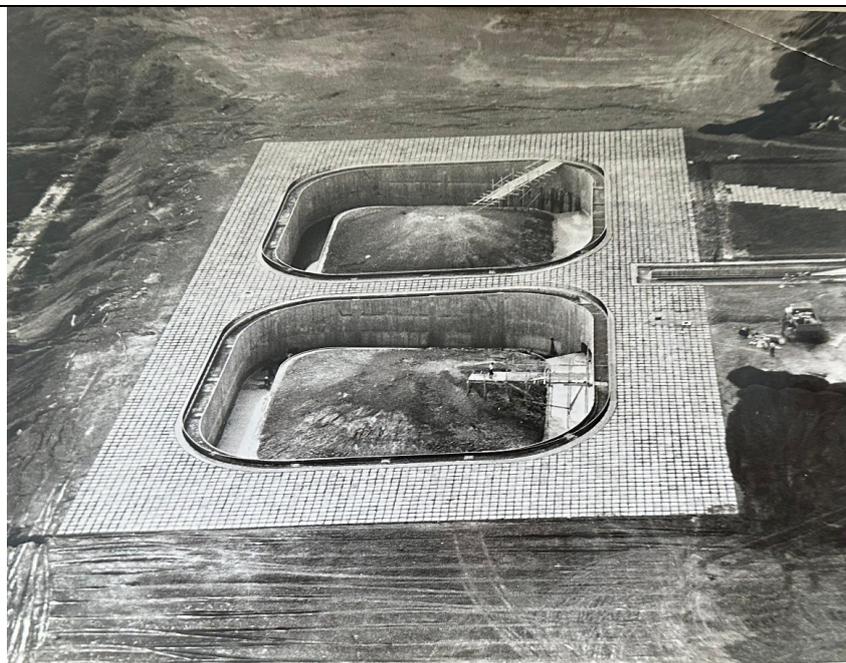


Figura 57 - Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.
Fonte: FJZB.

Registro aéreo de um dos espaços do FJZB em etapa de construção. Percebe-se a retirada prévia total da vegetação nativa, o processo de terraplanagem e a presença de máquinas no local.



Figura 58 - Plano aéreo construção FJZB, final da década de 1950.

Fonte: FJZB.

Nota-se ao fundo da imagem aérea a presença de vegetação nativa mantida. A fotografia permite visualizar um espaço de considerável dimensão que já tinha passado pelo processo de terraplanagem. Percebe-se a implementação de um lago com ligação, por meio de uma passarela, a outro espaço sendo construído para alocação de espécies de fauna do FJZB.

Fonte: elaboração própria.

De acordo com Lima-Marques e Macedo (2006), as ações em Arquitetura da Informação colaboram para a fluidez da Gestão do Conhecimento ao promover meios que facilitem o acesso à informação e, conseqüentemente, a manutenção desse ciclo. Em todas as instituições detentoras apuradas, notou-se essa preocupação em munir o indivíduo requerente com as informações solicitadas. Mesmo que em condições diferentes em termos organizacionais e tecnológicos uma da outra, conforme representado nos ciclos e desenhos informacionais descritos anteriormente.

Os perfis de atuação das cinco instituições identificadas como detentoras dos acervos fotográficos investigados são distintos:

- ArPDF: gestão documental do DF
- DER-DF: gestão do sistema rodoviário do DF
- EMATER-DF: gestão do desenvolvimento rural sustentável do DF
- FJBB: gestão em conservação e educação ambiental do DF
- FJZB: gestão em conservação da fauna e educação ambiental do DF

Nesse sentido, o ArPDF se destaca como a única instituição em que o acervo fotográfico, com o perfil em questão, está acondicionado formalmente em um ambiente arquivístico do tipo documentação permanente. Diferentemente, foi verificado que o acervo fotográfico do DER-DF está sob a gestão de um setor técnico que lida com informações geoespaciais. No caso da EMATER-DF e da FJBB, os acervos fotográficos que refletem a ocupação territorial da região estão em posse das suas respectivas bibliotecas. Por fim, a FJZB declarou que esse material fotográfico está armazenado em seu setor de comunicação social.

Essas especificidades institucionais, quanto a guarda desse material fotográfico, revelam individualidades com relação ao seu manejo. Enquanto o ArPDF trata o seu acervo com uma perspectiva arquivística, em função das atividades desenvolvidas por pessoas ou instituições com fundos públicos ou privados, a EMATER-DF e a FJBB trazem uma abordagem da biblioteconômica: preocupada em reunir, organizar e disseminar informações nos mais diversos suportes. Além disso, a Biblioteconomia empenha-se em

prestar serviços e desenvolver produtos informacionais. Nesse sentido, o DER-DF faz a gestão informacional do acervo fotográfico no sentido de categorizá-lo e disponibilizá-lo tanto para fins históricos quanto como apoio aos seus trabalhos de georreferenciamento, por exemplo. Por fim, a FJZB mantém os seus documentos fotográficos com o propósito de preservar sua memória institucional.

Verifica-se, desse modo, uma interlocução entre os elementos teóricos e as práticas nos ambientes informacionais quando se analisa os cenários institucionais descritos acima e os autores consultados. Por exemplo, quando Saraiva e Lopez (2023) afirmam que a Fotodocumentação trata a fotografia como um “fenômeno” em que são considerados os atributos e as etapas da sua gestão informacional. Nesse sentido, Araújo (2018) traz a Fotodocumentação como um campo marcado pela transversalidade e os estudos sobre fotografia são elementos integradores entre as áreas. Ou seja, o interesse reside no fluxo da informação fotográfica nos mais variados contextos institucionais, especificamente neste caso.

Tanto o mapeamento das instituições detentoras quanto os seus ciclos e desenhos informacionais, com relação aos referidos acervos fotográficos, evidenciaram diferentes realidades desses entes públicos. Mais precisamente, quanto ao meio de acesso aos itens informacionais em questão, pois mesmo sem o uso de um sistema de informação de acesso imediato e simultâneo, na maioria desses órgãos, houve pronta resposta para o atendimento à demanda solicitada.

Neste sentido, o que deve ser considerado, em organizações com ou sem utilização de sistema de informação eletrônico para acesso à informação fotográfica, é que o usuário informacional precisa fazer parte desse processo. Como defende Salvo (2004), o usuário precisa estar no centro desse movimento tendo espaço para dar o retorno sobre as suas experiências quanto ao uso e, conseqüentemente, auxiliando na evolução desse serviço prestado.

Torna-se essencial que as instituições identificadas, como detentoras desse material fotográfico em foco, levem em consideração as necessidades dos seus usuários quanto ao fornecimento de respostas precisas para as

informações demandadas, facilidade e rapidez no acesso. Além disso, verifica-se que se esses acervos, em sua totalidade, estivessem organizados e disponibilizados em versões digitais e com acesso remoto, por meio de um sistema de informação eletrônico, seria proporcionada uma maior comodidade para o usuário.

Com relação ao aspecto organização, foi demonstrado que nem todas as instituições detentoras estão com esse processo finalizado quanto aos seus acervos fotográficos. Nesse ponto, vale ressaltar a visão de Tarapanoff (2006) quando menciona a importância da gestão informacional como meio de fomentar os recursos de informações de uma organização dando-a condições de “adaptar-se a mudanças ambientais”.

Verificou-se que nem todas as instituições elencadas inicialmente como possíveis detentoras, ou devido ao perfil institucional ou por terem em sua estrutura organizacional setores formais de gestão da informação, de fato tinham sob suas custódias os referidos acervos. Dessa maneira, podem ser levantados três pontos que justifiquem essa constatação: o desconhecimento ou a não prioridade institucional quanto a importância da informação fotográfica na prestação do serviço público, a falta de recursos humanos e/ou materiais para a devida gestão desses acervos e a concentração desse material fotográfico em uma só instituição pública distrital específica.

Foi demonstrado ainda que todas as instituições públicas identificadas como detentoras dos acervos fotográficos em foco estão na categoria governamental das *Entidades*. Fazem parte da administração indireta do GDF. Neste caso, uma possível justificativa para esse resultado seria o fato destas organizações serem dotadas de autonomia administrativa, diferentemente das secretarias, por exemplo.

Com a realização da investigação empírica e da coleta de dados, destaca-se a atuação do ArPDF como órgão aglutinador da informação fotográfica, no serviço público distrital, especificamente sobre a ocupação territorial da região. Esse ente público possui a função de gestor documental e é o “órgão custodiador” oficial do GDF. O seu trabalho quanto a reunião, organização e disponibilização da informação fotográfica colabora com as

diversas atividades desenvolvidas pelo setor público, científico e social, dentre outros.

O ArPDF realiza a gestão documental pública distrital ao reunir ao todo 44 fundos arquivísticos, dentre estes sendo 21 públicos e 23 privados:

Fundos públicos:

- Administração Regional de Taguatinga
- Arquivo Público do Distrito Federal
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
- Fundação Cultural do Distrito Federal
- Fundação Educacional do Distrito Federal
- Gabinete do Governador
- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
- Procuradoria-Geral do Distrito Federal
- Secretaria de Comunicação Social
- Secretaria de Cultura do Distrito Federal
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Secretaria de Educação do Distrito Federal
- Secretaria de Gestão do Território e Habitação
- Secretaria de Saúde do Distrito Federal
- Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
- Secretaria de Viação e Obras
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Sociedade de Abastecimento de Brasília

Fundos privados:

- Antônio Antunes Praxedes
- Armado Sampaio Lacerda
- Armando José Bucchmann

- Asta-Rose Jordan Alcaide
- Atahualpa Schmitz da Silva Prego
- Brasília Palace Hotel
- Carlos Chagas
- Ecilda Ramos
- Ernesto Silva Gladson da Rocha
- Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
- Jethro Bello Torres
- Juca Chaves
- Lea Sayão Carvalho Araújo
- Lucídio Guimarães Albuquerque
- Luiz José Borges Neto
- Manoel Barreto de Brito
- Maria Beatriz Leonardo do Carmo
- Paulo de Tarso Santos
- Sônia Naves Davi Amorim
- Stênio de Araujo Bastos
- Yvonne Jean
- Zelinda Dalba Mattana

Vale ressaltar o “entendimento que o fundo é um conjunto de documentos de qualquer natureza ou suporte acumulado ao longo do funcionamento de um órgão, instituição ou administração do poder público [...], assim como da trajetória de pessoas públicas envolvidas com o governo” (ArPDF, 2019, p. 10).

Os resultados alcançados nesta investigação foram ao encontro dos princípios que envolvem a Ciência da Informação, como destaca Saracevic (1996), quanto a sua interdisciplinaridade, aos aspectos tecnológicos e aos fatores sociais e humanos. Além disso, com o contato e análise desses registros fotográficos, revelou-se um diálogo entre o teórico e o empírico quanto aos acervos fotográficos recuperados. Isto é, estes acervos identificados estão cheios de elementos que retratam a ocupação territorial,

que na visão de Almeida (2011), carrega uma abordagem humana ou social de apropriação do espaço por indivíduos que nele expressam e registram sua cultura e sua história e não somente a concepção de obras arquitetônicas.

Ao final desta pesquisa, pôde ser visualizado o cenário atual dos acervos fotográficos, em posse das instituições públicas do GDF, com a temática da ocupação territorial dessa região com a construção de Brasília. Conforme pode ser verificado nos quadros dos ciclos e desenhos informacionais das instituições detentoras, o material fotográfico identificado apresenta os aspectos que refletem a ocupação territorial da região. Dentre outros, estes aspectos giram em torno da alteração física ou arquitetônica, social e normativa, como destaca Fuini (2017). Em resumo, representam a ação humana como responsável por territorializar o espaço, como defende Raffestin (1993).

Por fim, esta pesquisa reforça estudos anteriores, relacionados à Fotodocumentação, no sentido de vislumbrar a fotografia não só como um documento. Mas também, envolvida pelos aspectos informacionais ao passar pelo processo ou ciclo informacional. Além disso, este trabalho traz, de forma incomum, uma perspectiva voltada não só para o percurso informacional dos acervos fotográficos, bem como para o processo de ocupação territorial de uma localização geográfica específica. Ou seja, confirmando o aspecto transversal que a Fotodocumentação possui.

Com o propósito de descrever as evidências de consecução dos objetivos desta pesquisa, segue a representação a seguir:

Quadro 8 - Objetivos específicos e constatações da pesquisa
Fonte: elaboração própria.

Objetivo Específico	Constatações
<p>I- Revisar o campo conceitual sobre Ciência da Informação, referente a aspectos ligados a informação imagética, e à Fotodocumentação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Ciência da Informação, cujo objeto de estudo é a informação, é caracterizada por aspectos interdisciplinares, tecnológicos e sociais. - A importância da informação imagética na execução das diversas atividades da sociedade devido ao seu teor de prova e representação da informação. - A Fotodocumentação destaca-se como um campo científico envolvido nas investigações sobre a fotografia na perspectiva da gestão informacional.
<p>II- Contribuir com os debates acerca da ocupação territorial do Planalto Central do Brasil com a construção de Brasília, por meio da documentação fotográfica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos arqueológicos apontam que a ocupação da região central do país teve início a milhares de anos. - O ápice da ocupação territorial ocorreu com a construção de Brasília, na segunda metade do século XX. - A concepção de Brasília provocou alterações tanto estruturais quanto sociais no Planalto Central do país. - A informação fotográfica permite não só o acesso à memória e a realização de pesquisas científicas como também auxilia no exercício das variadas funções estatais em andamento na região.
<p>III- Analisar a estrutura administrativa do GDF e mapear as instituições públicas distritais que detêm acervos ou documentos fotográficos relativos à ocupação territorial dessa região</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O GDF possui uma organização atípica devido à junção de aspectos municipais e estaduais deste ente federativo. - Foram identificadas entidades públicas distritais com acervos fotográficos que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília: ArPDF, DER-DF, EMATER-DF, FJBB e FJZB.
<p>IV- Identificar os acervos ou documentos fotográficos institucionais públicos distritais e elaborar, como análise final, os ciclos e desenhos informacionais relacionados à coleta, organização e disponibilização dos itens localizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Verificou-se a existência, localização, caracterização temática, organização e formas de acesso dos referidos acervos fotográficos. - O aporte do Esquema Instrumental do Ciclo da Informação e da Proposta de Modelo da Arquitetura da Informação permitiu a elaboração dos ciclos e desenhos informacionais que descreveram e representaram o processo de gestão informacional dos acervos fotográficos institucionais em questão.

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar os acervos fotográficos públicos do GDF que refletem a ocupação territorial do Planalto Central brasileiro a partir da construção de Brasília. Dentre outros, foram abordados aspectos informacionais e espaciais. Além disso, o estudo trouxe questões quanto a informação pública e serviços públicos no contexto do GDF.

Verificou-se a ausência de pesquisas sobre a fotografia ou acervos fotográficos, no contexto das instituições públicas distritais, que retratam a ocupação territorial da região com a concepção da nova capital. Além disso, a proposta deste estudo apresentou a possibilidade de colaboração para a robustez dos trabalhos, na perspectiva da Fotodocumentação, quanto a reunião, organização e disponibilização da informação fotográfica.

Um dos resultados obtidos foi o mapeamento da estrutura administrativa do GDF. Foram apuradas as instituições distritais detentoras dos referidos acervos fotográficos. Foram realizados os desenhos informacionais desses órgãos refletindo os estágios do ciclo informacional referente a esse material fotográfico.

Foram evidenciadas as diferenças institucionais quanto à abordagem, gestão e disponibilização da informação fotográfica. Foi verificado que alguns acervos estão disponibilizados somente em formato físico e, em contrapartida, outros estão disponibilizados somente em formato digital. Assim como, observou-se uma variabilidade quanto ao imediatismo ou não do acesso aos itens.

O ArPDF apresentou a organização do acervo com uso de instrumentos arquivísticos, porém não possibilitando uma maior facilidade de acesso. Neste caso, pelo fato de não disponibilizar o acervo fotográfico por meio de um sistema de informação eletrônico. O DER-DF traz uma organização objetiva sem o uso de mecanismos formais de organização informacional: categorização por décadas. Mas possibilita a facilidade de acesso devido a seu acervo estar remotamente disponível em versão digital. Já as demais

instituições identificadas – EMATER-DF, FJBB e FJZB – não possuem acervos fotográficos organizados e disponibilizados com acesso facilitado: remotamente disponível em versão digital.

Desse modo, ao analisar os cenários institucionais, verificou-se que nenhum dos entes públicos identificados como detentores realizam as etapas do ciclo informacional integralmente quanto aos referidos acervos fotográficos. Dessa forma, evidenciando uma subutilização destes recursos informacionais, assim como, uma incompletude do processo informacional: tanto no contexto intrainstitucional quanto extrainstitucional. Vale ressaltar que essa gestão informacional abrange as etapas de reunião, organização e disponibilização, dentre outras.

Com relação ao uso, última etapa do ciclo da informação, verificou-se que os acervos fotográficos identificados nesta pesquisa são importantes como instrumentos de apoio. Tanto para as funções governamentais rotineiras administrativas e fiscalizatórias, por exemplo, quanto para preservação da memória institucional. Além disso, essa informação fotográfica é apontada como de grande importância para produções científicas, jornalísticas e culturais, dentre outras.

Foi obtido um maior entendimento do campo conceitual sobre a Ciência da Informação, informação, imagem, registro fotográfico, Fotodocumentação, bem como, outras abordagens teóricas correlacionadas. Portanto, observou-se que a Fotodocumentação possui uma perspectiva bastante especializada. Além disso, conta com um quantitativo considerável de trabalhos desenvolvidos e com variadas abordagens de pesquisa: eivada de interdisciplinaridade, porém sem ruídos prejudiciais já que “nos espaços científicos e de trabalho dessa comunidade não existem grandes problemas de comunicação no que tange a jargões e conceitos visto que são todos especialistas na mesma área” (LOPEZ, 2024, p. 39). Dentre outros pontos, verificou-se que esse campo de investigação científica se dedica aos estudos sobre os registros fotográficos com o olhar informacional, ou seja, sob os aspectos do ciclo da informação.

Este trabalho, por ser qualitativo e exploratório, possibilitou vislumbrar o contexto em que o referido campo de pesquisa está inserido. Como também,

as estratégias adotadas de levantamento teórico e empírico, assim como, os instrumentos de coleta e apuração dos dados proporcionaram o acesso e a compreensão de uma gama de informações relevantes. Neste caso, quanto aos processos de gestão da informação fotográfica e da sua importância no contexto governamental e científico.

Esta pesquisa não esgotou as informações necessárias para o entendimento total sobre o assunto. Bem como, não determinou por completo o panorama geral, mas permitiu que esse contato e análise desse contexto investigado fosse revelador. No sentido de trazer a abordagem da ocupação territorial da região central do Brasil, e da sua informação fotográfica, sob a perspectiva da Fotodocumentação.

Além disso, este estudo responde ao questionamento de pesquisa formulado inicialmente: existem acervos fotográficos públicos no Distrito Federal que refletem a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil a partir da construção da nova capital e tanto eles quanto as instituições que os detêm foram identificadas e caracterizadas. Além disso, foram verificados os aspectos quanto a localização, organização e disponibilização desta informação.

Em resumo, este trabalho auxiliou nas discussões da Ciência da Informação quanto ao diálogo entre a teoria e a prática informacional, deu continuidade aos estudos do campo da Fotodocumentação, apresentou e discutiu o cenário atual da informação fotográfica nas instituições públicas distritais sobre a ocupação territorial da região e, por fim, dentre outros, colaborou para o acesso à referida informação fotográfica pública distrital.

Como sugestões de pesquisas futuras, podem ser destacadas as temáticas levantadas no início desta investigação como de baixa ou nenhuma incidência no referido campo científico: registro fotográfico e gênero, fotografia e tecnologia da informação, documentação fotográfica e meio ambiente, informação fotográfica no circuito comunitário, documentação fotográfica sobre ocupação territorial, acervos fotográficos tutelados pelo governo da esfera distrital, o uso da Arquitetura da Informação para análise de documentação fotográfica, fotografia e informação pública, registro fotográfico e inteligência artificial, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. Os caminhos do documento fotográfico e suas representações. **Baleia na rede**: revista online do grupo de pesquisa e estudos em cinema e literatura, vol. 1, n. 5, ano V, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1808-8473.2008.v1n5.1436>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMEIDA, Maria Geralda. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. XV, n. 918, 15 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-919.htm>. Acesso em 01 abr. 2023.

ARAÚJO, Alessandra dos Santos. **A fotodocumentação como área transversal de estudo do contexto do ciclo da informação**: uma análise em teses brasileiras. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34754>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ARAÚJO, Carlos. Ciência da Informação: origem e evolução. In: **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. p. 99-151.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7.

ARQUIVO PÚBLICO (Distrito Federal). **Arquivo Público do Distrito Federal**: guia de fundos. 9. ed. Brasília: ArPDF, 2019. 242 p. Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/GUIA_DE_FUNDOS_Completo_HomePage_ArPDF-novo.pdf. Acesso em: 01 jan.2023.

AUMONT, J. **A imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

AZEVEDO PINTO, Maria Manuela Gomes de. **O novo paradigma da arquivística**: um estudo de caso. 2016. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3090.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

BARBO, Lenora de Castro. Estradas coloniais do Planalto Central na cartografia histórica. In: SILVA, E. M. ; VIEIRA JÚNIOR, W. (Org.). **GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. p. 82-115. Disponível em: <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/667>. Acesso em: 05 jan.2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica, In: BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 11-25.

BELCHER, Donald. **Relatório Técnico sobre a nova capital da República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1957. p. 291.

BELKIN, Nicholas J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, mar. 1978. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/eb026653>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, maio, 1980.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central** : eco-história do Distrito Federal : do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994. 324 p.

BOADAS I. Raset, Joan. Patrimonio fotográfico: estrategias para su gestión. **Revista de los Museos de Andalucía**. Ano XI, n. 9, p. 28-31, 2008. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/sites/default/files/2022-07/mus_A%209.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 2023. 268 p.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 09 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8159.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, Edilberto Sebastião Dias. **Informação prioritária para o desenvolvimento e implantação do Sistema de Informação Ambiental do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 1997. 220f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação).

CAPURRO, R. HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. 425 p.

CODEPLAN, COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal 2017**. Brasília, 2017.

CODEPLAN, COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal 2020**. Brasília, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRIVELLI, Renato ; BIZELLO, Maria Leandra. O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo Novacap. **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35–53, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22616>. Acesso em: 25 jan. 2023

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete ; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/3759/7623>. Acesso em: 25 set. 2023.

FONTENELE, Tânia Maria. **Poeira e batom no planalto central**: 50 mulheres na construção de Brasília. Brasília: Athalaia, 2010.

FREITAS NETO, José Alves de. Fotografia e memórias: o que queremos registrar. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, SP, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/fotografia-e-memorias-o-que-queremos-registrar>. Acesso em: 31 maio 2023.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 3, p. 151-176, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acesso em: 07 jul. 2023

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine Publishing Company, 1967. 272 p.

GPAF (Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos). 2021. **O ciclo da informação em documentos fotográficos: aspectos práticos**. GPAF, vídeo, 2:22:15. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4E0q0CSqLuA&t=537s>. Acesso em: 01 mar. 2024.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HAVERTY, M. Information architecture without internal theory: an inductive design process. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 10, p. 839– 845, 2002.

HJORLAND, Birger. **Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to information science**. Westport, CT: Greenwood press, 1997. 213 p.

IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE/Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1987.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. 173p.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/>.

Acesso em: 30 out. 2024.

LE COADIC, Yves-François. **Ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA-MARQUES, M.; MACEDO, F. L. O. Arquitetura da informação: base para a Gestão do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Ed.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006. p. 241-255. Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/465/1/Inteligencia%2c%20informação%20e%20conhecimento.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**. Niterói: UFF, n. 15, Acervos literários, p.69-82, 2º sem. 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Fotodocumentação**: área de estudo em construção. Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF) (Ed.). São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2004. 195 p. Disponível em: <http://gpaf.info/GPAF/LivroFotodocumentacaoAndreLopez2024.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

LOPEZ, André Porto Ancona. Perspectivas de pesquisa em acervos fotográficos a partir da experiência do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 7, 249-257, 2013. Disponível em:

<https://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/perspectivas-de-pesquisa-em-acervos-fotograficos-a-partir-da-experiencia-do-grupo-de-pesquisa-acervos-fotograficos/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: http://eprints.rclis.org/12862/1/Andr%C3%A9_tese.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

MACIEL, Nahima. Brasília em construção se transforma em objeto do desejo de admiradores. **Correio Braziliense**, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2011/04/21/interna_diversao_arte,248926/brasil-em-construcao-se-tranforma-em-objeto-do-desejo-de-admiradores.shtml. Acesso em: 08 jul. 2023.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MORAES, R. A Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em ação**: notas para reflexão. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1994. p. 103-111.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, P. A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. **Novacap**: 50 anos por Brasília. Brasília: Novacap, 2010. 312 p.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005. 274 p.

PEREIRA, Tânia Maria de Moura. **Análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo**: estudo de caso da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21089/1/2016_TaniaMariaMouraPereira.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

PEREIRA, Tânia Maria de Moura ; LOPEZ, André Porto Ancona. Gênese arquivística de documentos fotográficos na perspectiva da Fotodocumentação. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, vol. 36, n. 92, jul/set, 2022, México, ISSN: 2448-8321, p. 117-133, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2022.92.58580>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINKER, Steven. **Language, cognition and human nature: selected articles**. New York, NY: Oxford University Press, 2013. 378 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas de humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SACK, Robert. Human Territoriality: a theory. **Annals of the American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.

SALVO, Michael. J. Rhetorical Action in Professional Space: information architecture as critical practice. **Journal of Business and Technical Communication**, v. 18, n. 1, p. 39-66, Jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1050651903258129>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel. La fotografia como documento en el siglo XXI. **Documentacion de las Ciências de la Informacion**, número 24, 255-267, 2001

SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel. **Imaginando: uso y aplicación de la fotografía en los procesos de aprendizaje**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARAIVA, Natália de Lima. **Imagine: análise do ciclo da informação na representação de fotos-conceito**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/24062>. Acesso em: 02 fev. 2023.

SARAIVA, Natália de Lima; LOPEZ, Andre Porto Ancona. Fotodocumentação e o Ciclo da Informação: uma proposta conceitual a partir de um estudo de caso no Núcleo de Estudios y Documentación de la Imagen (NEDIM), Argentina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 28, n. Fluxo Contínuo, p. e39249, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39249>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SELLTIZ, Claire et ali. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, M. F. DA. **Os Processos de Comunicação e Mediação da Informação em uma Indústria de Alta Produtividade do Setor Sucroalcooleiro no Estado de São Paulo**. Mestrado (Ciência da Informação) – Marília - SP: Universidade Estadual Paulista, 2013.

SPENCER, Donna. **A practical guide to Information Architecture**. Reino Unido: Five Simple Steps, 2010. 312 p.

TARAPANOFF, Kira. Informação, conhecimento e inteligência: relações e complementaridade. In: TARAPANOFF, K. (Ed.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006. p. 19-35. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/465/1/Inteligencia%2c%20informação%20e%20conhecimento.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

WARNER, Julian. Selection power and selection Labor. In: **Human information retrieval**. Cambridge: MIT Press, 2010. p. 17-31.

WERSIG, G ; NEVELLING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n .4, 1975.

WURMAN, R. S. **Information architects**. 2. ed. Lakewood: Watson-Guption Pubns, 1997.